

24 horas

Veiga Simão demitido da função pública

FOR OPORTUNO ao Ministro da Educação e Universidade... Veiga Simão demitido da função pública...

Castroir acusado publicamente de boicote à Informação

FOR OPORTUNO a cada um dos membros do Conselho de Informação... Castroir acusado publicamente de boicote à Informação...

Ainda sem solução o caso da R.R.

CONTA-SE que nos próximos dias deverão ser enviados ao Conselho de Informação... Ainda sem solução o caso da R.R.

Reforma agrária: negócios atenuados

DECLARAÇÃO OFICIAL de que os negócios agrários não se desenvolverão... Reforma agrária: negócios atenuados...

Samuelson, Galbraith, Beethelheim e Tinbergen no Congresso da Indústria

FOR OPORTUNO a cada um dos membros do Conselho de Informação... Samuelson, Galbraith, Beethelheim e Tinbergen no Congresso da Indústria...

Reforma do ensino arranca com alfabetização

EM PORTUGAL a alfabetização constitui o primeiro passo de um plano maior de reforma do ensino... Reforma do ensino arranca com alfabetização...

Recrutamento da Câmara M. Lisboa

CONVOCAÇÃO para o 2.º concurso de acesso ao Ministério da Administração Interna... Recrutamento da Câmara M. Lisboa...

Expresso

DIRECTOR FRANCISCO PRATO RALMEIDA SUB-DIRECTORES JOSÉ CARLOS DE LARANJEIRA/FRANCO DE MOURA

PLANO de ACÇÃO POLITICA

Das análises da Assembleia da Armada às decisões do Conselho da Revolução

PRINCIPALMENTE sobre a situação da Armada... Das análises da Assembleia da Armada às decisões do Conselho da Revolução...

de Revolução, a situação de crise... Das análises da Assembleia da Armada às decisões do Conselho da Revolução...

Melo Antunes vai a Bruxelas e Roma

MELHO ANTUNES vai a Bruxelas... Melo Antunes vai a Bruxelas e Roma...



de Bruxelas, a situação de crise... Melo Antunes vai a Bruxelas e Roma...

A seguir, Melo Antunes... Melo Antunes vai a Bruxelas e Roma...

de Bruxelas, a situação de crise... Melo Antunes vai a Bruxelas e Roma...

de Bruxelas, a situação de crise... Melo Antunes vai a Bruxelas e Roma...

Projecto de decreto-lei prevê declaração administrativa de falência

PROPOSTO o projecto de decreto-lei... Projecto de decreto-lei prevê declaração administrativa de falência...

de falência, em virtude de... Projecto de decreto-lei prevê declaração administrativa de falência...

de falência, em virtude de... Projecto de decreto-lei prevê declaração administrativa de falência...

Plano de austeridade: novas limitações às vendas a prestações

PREVISTO o plano de austeridade... Plano de austeridade: novas limitações às vendas a prestações...

de austeridade, em virtude de... Plano de austeridade: novas limitações às vendas a prestações...

de austeridade, em virtude de... Plano de austeridade: novas limitações às vendas a prestações...

Table with 4 columns: Item, Description, Price addition, and Item, Description, Price addition. Lists various goods and their prices.

Editorial 'Para e Relatores' featuring portraits and text about political figures like Vasco Gonçalves, Sá Carneiro, and Américo Tomás.

OMEGA Speedmaster advertisement featuring a watch image and descriptive text.

24 horas em notícia

Veiga Simão demitido da função pública

POR DESPACHO do Ministro da Educação e Investigação Científica, foi demitido da função pública o Prof. Veiga Simão, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Coimbra e actualmente embaixador (demissionário) de Portugal na ONU. O despacho que foi aprovado pelo Conselho da Revolução e seguiu já para publicação no «Diário do Governo» fundamenta a decisão do MEIC na responsabilidade directa que Veiga Simão teve na criação do corpo de vigilantes (conhecidos nos meios estudantis por «gorilas») nas Escolas Superiores portuguesas, durante os últimos anos do regime fascista, período em que o ainda embaixador de Portugal nas Nações Unidas era ministro da Educação no governo de Marcelo Caetano. Nestas condições, aguarda-se que a substituição de Veiga Simão por José Manuel Galvão Teles na representação portuguesa na ONU ocorra nos próximos dias.

Castrim acusado publicamente de boicote à Informação

FOI ONTEM à tarde aprovada em assembleia do Sindicato dos Jornalistas, reunida para aprovação dos Estatutos, uma moção pedindo a abertura de um inquérito a Mário Castrim que, recordamos, além de conhecido colonista do «Diário de Lisboa», é também presidente-substituto da Assembleia Geral do Sindicato. A mesma moção, aprovada por cerca de 50 votos contra 2, repudiava igualmente a atitude de Mário Castrim de «boicote à informação» e exigia da Direcção do Sindicato uma tomada de posição pública. Outra moção exigia que o referido inquérito fosse finalizado no prazo de vinte dias.

Na origem destas votações esteve um incidente ocorrido no passado dia 25 com um repórter do «Jornal Novo» que, ao propor-se gravar a intervenção de Mário Castrim numa sessão pública que este orientava na Livraria Galileu, foi por ele impedido de o fazer e convidado a sair da sala, após ter identificado o jornal a que o jornalista pertencia. «Jornal Novo», ao referir-se ao caso, afirmou: «Estes processos desmascaram publicamente quem os utiliza. E revelam uma espessura de ódio que só se explica com uma palavra: incapacidade». E prosseguia: «Quando os gastos rugem não são lobes».

Ainda sem solução o caso da R.R.

APESAR de ter sido objecto de discussão na reunião do Conselho da Revolução, que terminou há uma semana, o «caso da Rádio Renascença» não foi ainda resolvido pelo Governo Provisório, designadamente pelo Ministério da Comunicação Social (ver na entrevista concedida hoje ao EXPRESSO pelo Comandante Ramiro Correia a referência ao Comandante Jesuino, pág. 5).

Em determinados círculos chegou a constar que a posição adoptada pelo Conselho da Revolução seria a de pedir ao COPCON a desocupação da estação emissora para posterior entrega à Igreja Católica.

Apesar de um membro do Patriarcado não ter desmentido esta versão (sem, oostudo, a ter confirmado), nada permite assegurar que seja ela a que o MCS tenciona executar nas próximas semanas.

Entretanto, entrou-se já no segundo mês de conflito aberto entre as duas partes litigantes, continuando os trabalhadores a defender a ideia da constituição de uma coope-rativa.

Reforma agrária: negócios anulados

SEGUNDO CONSTA do projecto de reforma agrária elaborado pelo IRA, será definido como lei que todos os negócios jurídicos que tenham incidido sobre terras com mais de 50 hectares de regadio e 500 de sequeiro serão retroactivamente (desde 25 de Abril de 74 (?)) nulos e de nenhum efeito. Reverterão para o Estado os impostos pagos como a sisa, etc.

Deste modo as terras não ficam divididas em fracções menores e poderão sempre ser expropriadas. Essa medida que visa evitar «jogadas de antecipação» de alguns latifundiários, será em breve tornada pública e englobada no âmbito muito mais vasto do projecto da reforma agrária.

Samuelson, Galbraith, Bethelheim e Tinbergen no Congresso da Indústria

O CONGRESSO da Indústria, esta semana anunciado pela CIP, está já marcado para os dias 10 a 13 do próximo mês. Foram já convidados para nele participarem vários economistas de renome mundial como Paul Samuelson e K. Galbraith, do «Massachusetts Institute of Technology», o prof. Marglin, de Harvard, Jacques Attali, do PS francês, o sueco Eric Lundberg, C. Bethelheim, o húngaro Otto Sic, Tinbergen e o prof. Sobn, este último presidente da Sociedade Alemã (Occidental) para o Desenvolvimento Económico.

Foram também convidados vários presidentes das confederações industriais de vários países europeus (Bélgica, Alemanha Federal, Inglaterra, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Grécia) bem como diversos diplomatas acreditados em Lisboa.

Entretanto, a Confederação do Comércio Português realizará também uma reunião plenária nacional a partir de dia 13, ou seja no dia em que termina a da CIP. A organização está a cargo de um grupo de pequenos e médios comerciantes de Lisboa, com o apoio da União dos Grêmios de Lojistas, o patrocínio da Federação do Comércio Retalhista e de todas as associações distritais do continente e ilhas adjacentes.

Reforma do ensino arranca com alfabetização

UM PROGRAMA nacional de alfabetização constituirá o primeiro passo a dar pelo MEIC no sentido da reforma do ensino cujas grandes linhas de orientação continuam por definir. De qualquer modo, o programa de alfabetização é o projecto prioritário daquele ministério, estando o seu período de efectivação previsto para os próximos três anos.

Cerca de 2 000 000 de portugueses considerados analfabetos ou deficientemente alfabetizados deverão ser abrangidos pelo programa. No primeiro ano, a campanha atingirá 500 000 pessoas nessas condições; no segundo ano, 700 000 e finalmente, no terceiro, um milhão.

O programa será posto em prática por uma estrutura orgânica que tem por base o MEIC e os serviços de dinamização cultural do MFA, funcionando em íntima colaboração, a partir de um núcleo de coordenação central — ligado ao MEIC — que integra diversos departamentos técnicos. Núcleos de coordenação a nível distrital e concelhio completam, por seu lado, a rede da campanha de alfabetização. Além de incluírem pessoal docente, as equipas de alfabetização estarão abertas a um regime de voluntariado, que funcionará a partir dos núcleos coordenadores concelhios.

Reestruturação da Câmara M. Lisboa

DENTRO DE CERCA de 10 dias, sem entregue ao Ministério da Administração Interna um projecto de reestruturação da Câmara Municipal de Lisboa. O documento está a ser elaborado por uma comissão de cinco membros, presidida pelo vice-presidente da Comissão Administrativa da CML, arquitecto Filipe Lopes.

Como é do conhecimento geral, o presidente, os dois vice-presidentes e os doze vogais desta Comissão Administrativa encontram-se demissionários, assegurando, no entanto, o funcionamento normal dos serviços camarários. Entretanto, foram eleitos pela população de Lisboa, com a participação das Juntas de Freguesia, sete representantes das sete zonas em que a capital foi dividida, os quais passarão a fazer parte da comissão administrativa.

LOURENÇO, Vasco

Membros do Conselho de Revolução

Vasco Lourenço:

“Com a social democracia não construiremos o socialismo”

EXPRESSO — No documento emanado na passada semana pelo Conselho de Revolução, repudiava-se a ditadura do proletariado como forma de construção do Socialismo.

Como se propõe o CR construir a sociedade socialista sem passar pela ditadura do proletariado?

VASCO LOURENÇO — Quando arrancámos para o 25 de Abril idealizámos a construção de uma sociedade mais justa a que na altura não havia condições para chamarmos sociedade socialista. Falámos, portanto, em democracia, mais entendida sob o respeito pela vontade popular.

Consideramos que era necessário criar condições para que o povo português se livrasse de 50 anos de obscurantismo, mas não quisimos criar uma ditadura. Portanto, pretendendo nós atingir uma sociedade mais justa, sem classes, em que os meios de produção sejam do colectivo e não de uns quantos indivíduos privilegiados, chegados a esse ponto não se porá o problema da ditadura do proletariado. Num país verdadeiramente socialista,

os os seus cidadãos devem trabalhadores, portanto a ditadura desaparece.

Quanto às fases para lá chegarmos, é um assunto em que estamos a desenvolver todos os esforços no sentido de garantir as condições para atingirmos essa tal sociedade sem que se torne necessário irmos para uma ditadura, ainda que de esquerda e com a forma de ditadura do proletariado. Efectivamente corremos também o risco de a certa altura não estarmos a construir uma sociedade socialista mas estarmos a mudar a classe dominante de hoje por outra minoritária que luturamente se pudesse apropriar do processo e da sua situação. Pessoalmente considero que há que tentar atingir o mais rapidamente uma igualdade entre todo o povo português sem criar novas classes dominantes, risco que me parece que corremos, se formos desde já para uma ditadura. Dir-me-á que não existe propriamente um plano estruturado que defina as diferentes fases. Penso que é um bocado difícil estarmos a definir e a prever o que irá acontecer. Pessoalmente faço

votos para que não haja necessidade de entrar num caminho dicitatorial seja ele qual for.

★ Desde que se consiga ter a força e autoridades suficientes para impor as medidas consideradas necessárias, com passos seguros, sem dar o tal "passo para o abismo" que nos possa fazer voltar atrás, mas também sem andar demasiado devagar; desde que haja condições para isso, os elementos que não forem aceitando estas situações sucessivas acabarão por ser arrojados da revolução sem necessidade de entrarmos em qualquer espécie de ditadura. Admito que haja quem considere isto idealismo e utopia, mas sinceramente continuo convencido de que poderemos chegar a essa tal sociedade que ambicionamos — e ao dizer isto sei que falo em nome de uma grande maioria dos elementos do MFA — de uma sociedade sem classes será exequível sem que para isso nos sirvamos de um estado dicitatorial.

EXPRESSO — A força e autoridade suficientes, a que se referiu há pouco, para impor as medidas necessárias, relaciona-se de algum modo com a ligação POVO/MFA?

VASCO LOURENÇO — É necessário encontrar autoridade suficientemente forte que permita tomar as medidas necessárias na devida altura, mesmo contra outras forças que se tentem opor a elas. Essa força, eu não a vejo só no MFA, mas numa aliança directa MFA/POVO. No nosso plano de acção política, prevemos já essa aliança, reconhecendo, apoiando e ligado o melhor possível com as organizações unitárias de base. Todas as organizações de base realmente unitárias são candidatas a uma aliança conosco, que não se faz por decreto. Sabemos perfeitamente que neste momento há muitos partidos a dominarem organizações de base e a chamarem-lhes organizações unitárias. Mas quanto mais concretizarmos esta aliança,

mais se solidificará o tal poder e a tal autoridade, necessários à imposição e ao cumprimento das regras para a construção da sociedade socialista que pretendemos.

EXPRESSO — Essa aliança não implicará uma modificação das estruturas do Exército, bem como uma opção de classe por parte dele?

VASCO LOURENÇO — A imagem que se tem do Exército é o de uma organização vertical, uma vez que funciona de cima para baixo. O Exército funciona de cima para baixo, desde que os de cima se imponham, não propriamente pelas estrelas ou pelos galões que usam. É necessário que estejam em permanente ligação com os de baixo, interpretando permanentemente o seu sentir, e não propriamente tomando, por si só, determinações cupulistas. Desde que isso se passe, a estrutura pode ser vertical de aparência, pois terá sempre de haver uma hierarquia, mesmo na sociedade sem classes terá sempre de haver indivíduos que decidam em última instância. Mas isso também não se consegue por decreto.

Quanto à opção de classe é um assunto a que já me referi várias vezes. Neste ponto, penso que posso falar em nome da maioria dos elementos do MFA: a nossa opção de classe está feita. Não escondo que muitos de nós somos oriundos da burguesia. Antes de 25 de Abril, o movimento era de oficiais tendo portanto uma origem essencialmente burguesa, mas a opção, hoje em dia, foi feita. A partir do momento em que essa opção foi feita, estamos nitidamente a defender os interesses e os direitos das classes trabalhadoras, principalmente das classes mais desprotegidas, pois à volta da classe trabalhadora gera-se muito oportunismo.

Por outro lado, estamos a

tentar tudo para que essa opção possa ser concretizada através de uma via pacífica, de uma via pluralista para a qual é necessário ter uma forte autoridade. Vamos ver se o conseguiremos ou se seremos a determinado momento obrigados a mudar de opinião e a atrair-nos para outras soluções.

EXPRESSO — Apesar das várias depurações que têm sido feitas dentro das Forças Armadas, continua ainda a existir uma direita, isto não poderá dar a essa direita a possibilidade de se organizar, dentro dos próprios quartéis, e tentar algo de semelhante a um novo 11 de Março?

VASCO LOURENÇO — Se repararmos no saneamento que tem sido feito depois do 25 de Abril, quase concluímos que os únicos fascistas estavam dentro das Forças Armadas. Efectivamente as Forças Armadas fizeram saneamento; qual dos outros sectores podemos ver como ele está. A direita existe essencialmente fora das Forças Armadas embora dentro destas possam ainda existir alguns elementos que não estarão totalmente integrados.

Neste momento estamos a tentar a integração dos elementos que ainda não se consideram inseridos no espírito do MFA através de uma discussão ideológica, pois depurar pura e simplesmente só o devemos fazer aos indivíduos que são irrecuperáveis, o que admito só possível ainda existir dentro das Forças Armadas, pois embora tenha sido o nosso o saneamento o mais completo dos vários sectores da vida nacional, não foi possível fazê-lo como desejávamos, até porque continuávamos com tropas nas nossas ex-colónias.

Não podemos pensar que todos os elementos são irrecuperáveis, pelo contrário temos de partir do princípio de que são recuperáveis e proceder a larga discussão ideológica com vista à sua recuperação.

Direita-inimigo principal da revolução

EXPRESSO — Segundo o documento agora emanado pelo Conselho da Revolução é permitida uma oposição não socialista. No que se refere a esquerda, afirma-se proceder ao combate ideológico, recorrendo a outros meios, se isso não se mostrar consequente. A que outros meios se recorrerá e como se explica a recorrência a meios repressivos contra a esquerda permitindo à direita organizar-se?

VASCO LOURENÇO — Quanto à esquerda, só se recorrerá a outros meios contra os grupos e organizações que pela acção e prática perturbem sistematicamente a ordem pública e desrespeitem as regras fixadas para a construção do socialismo por via pluralista. Desde que caminhos efectivamente para a sociedade socialista, se aparecer um grupo minoritário que pretenda lutar contra e perturbe sistematicamente a ordem pública, lutando contra este caminho rápido e seguro para o socialismo, terá que se anular a existência desse grupo.

Em relação à direita, o problema é o mesmo. Admitte-se, e aí é bastante mais discutível, a sua existência, desde o momento em que entrem no jogo democrático. A partir do momento em que entrem em qualquer jogo de tipo neo-fascista, não tenho dúvida nenhuma de que o meio empregado será muito mais violento do que a própria esquerda que perturbe sistematicamente a ordem pública. Já acabámos com grupos de direita. Dir-me-á que ainda existem alguns. Na realidade existirão enquanto não tomarem posições que nos levem a acabar com eles. É preciso vermos que o inimigo principal da revolução e aí não tenhamos ilusões, é a direita — o capitalismo.

Pode parecer uma esquerda que na prática possa ser considerada como não amiga, mas nunca será tão inimiga como a direita. Não há portanto a intenção de actuar mais duramente com qualquer grupo de esquerda, mas de esquerda mesmo, que com qualquer grupo de direita.

EXPRESSO — O documento refere ainda a preparação de leis contra organizações clandestinas e o desarmamento de organizações armadas. Gostaria de saber a que organizações clandestinas e armadas o documento se refere e como irá desarmar organizações que eventualmente existam armadas?

VASCO LOURENÇO — Não está ainda definido como isso se irá fazer. No que concerne às organizações clandestinas, desde que estamos num país livre, a sua existência só se forem contra revolucionárias. Há liberdade absoluta; portanto, só estará na clandestinidade quem for contra-revolucionário. A partir do momento em que seja descoberta qualquer organização deste tipo, terão que ser tomadas as medidas legais suficientes para acabar com ela.

Quanto às organizações armadas, (sempre assente no princípio de que o MFA está efectivamente a querer caminhar para a construção do socialismo e em que é permitido a todas as correntes políticas discutirem a construção desse socialismo) quando dissermos que não admitimos a sua existência trata-se de organizações armadas independentes das Forças Armadas.

Admitimos, e isso está bem explícito no documento, preparar as tais organizações unitárias de base para, em caso de necessidade e enquadradas pelo MFA, actuarem também armadas. A existência de organizações que se resolvam auto-armar, podendo vir a constituir um inimigo latente para a construção da sociedade socialista — que estamos convencidos se irá construir — não deverá ser permitida.

Estruturas unitárias da classe

EXPRESSO — Existem neste documento duas hipóteses, mais ou menos em formação, de organizações, populares que se afirmam de base partidárias. Por um lado os CRT's e pelo outro CDR's. Os primeiros foram uma ideia lançada pelo PRP-BR e os segundos são apoiados pelo MDP/CDE, tal como recentemente este partido afirmou em comunicação.

Os CRT's realizaram há alguns dias uma manifestação cujo número de manifestantes parece ser controverso, embora se possa afirmar ser largos milhares. Estes últimos, na sua estrutura orgânica, ligam a todos os níveis ao MFA e ao seu nível superior ao Conselho da Revolução.

Gostaria de saber se, quando

fala em organizações unitárias da classe trabalhadora, se englobam os CRT's e os CDR's como organizações possíveis ou se estes já foram postos de parte pelo MFA, ou ainda se existe uma outra proposta que poderá ou não ser uma conciliação ou fusão das propostas anteriores, a nível MFA.

VASCO LOURENÇO — Antes de mais, devo esclarecer que o assunto está em estudo. Foi nomeada uma comissão e neste momento está a ser estudada a melhor maneira de pôr em prática o que dizemos no Plano de Acção Política, ou seja, o reconhecimento, a ligação e o apoio a todas as organizações unitárias de base. Pessoalmente, sou contra a ideia de serem CRT's ou CDR's. Penso que devem ser as organizações unitárias de base que surgirem, apareçam elas sob a forma de CRT's, CDR's ou qualquer outra. O essencial — e aqui, sim, temos de estar atentos — é que as organizações sejam unitárias. Neste momento... quer regmas

quer outras, em muitas parcelas, já estão a ser dominadas por partidos. O que queremos na prática, é que não nos apareçam os CRT's dominados por um ou outro partido, o mesmo acontecendo com os CDR's ou qualquer outra organização.

A nossa ideia é que a ligação ao MFA, de início, seja feita apenas localmente. No entanto estou convicto de que rapidamente, e, quanto a nós, elas devem funcionar inicialmente como um forte meio de pressão sobre as autarquias locais, ditas, que rapidamente irão substituir estes órgãos de poder local. Depois, pessoalmente, admito que, dentro de algum tempo, se comece a desenhar a estrutura de ligação dessas organizações umas às outras. Repito que queremos a todo o custo evitar que elas possam vir a ser, mesmo localmente, controladas por determinado partido; o que é essencial é que sejam unitárias. Se são CRT's ou CDR's isso é secundário.

Socialismo e social democracia

EXPRESSO — Alguns meios de esquerda consideram o Plano de Acção Política do Conselho da Revolução, um documento essencialmente social-democrata.

Gostaria que comentasse esta afirmação. Por outro lado, como se desenvolverá, de agora para o futuro, o processo revolucionário, até ao socialismo e que tipo de socialismo se pretende em Portugal?

VASCO LOURENÇO — Evidentemente que cada um pode interpretar o documento à sua maneira e fazer realçar aquilo que mais lhe convém.

Pessoalmente, discordo que se chame ao documento um documento social-democrata. Se estivesse de acordo, seria negar-me a mim próprio, pois já há muito tempo fui a opção

pelo socialismo e concordo que a social democracia não serve a Portugal, dadas as características específicas em que Portugal se encontra. Não acredito que seja possível atingirmos uma sociedade socialista através da social-democracia. Como lhe disse, já há muito tempo que fiz a opção por um verdadeiro socialismo, e não poderia concordar de maneira nenhuma com o Plano de Acção Política se o considerasse um plano social-democrata. Há, evidentemente, pontos que ressaltam de um lado e de outro. Chamam-lhe social-democrata por admitirmos o socialismo pluralista? Por admitirmos que terá que haver liberdades? Também dizemos que o pluralismo deverá ser entendido essencialmente na construção de uma sociedade socialista e também dizemos que as liberdades terão de ser admitidas até ao ponto em que não ponham em risco a construção do próprio socialismo.

Houve determinados meios que ficaram extraordinariamente satisfeitos com este Plano e fizeram um barulho bastante grande à volta dele porque estão a vê-lo como um retrocesso. Para mim, é, pelo contrário, um passo em frente. Considero que sempre que sejam clarificadas situações estamos a dar passos em frente. Isto, para mim, é um passo em frente na implantação do socialismo em Portugal. Dizemos claramente que, como objectivo final a atingir, pretendemos uma sociedade sem classes, obtida pela colectivização dos meios de produção, eliminando todas as formas de exploração do homem pelo homem e na qual serão dadas a todos os indivíduos iguais oportunidades de educação e promoção, sem distinção de nascimento, sexo, credo religioso ou ideológico. Isto parece-me que é mesmo socialismo.

Continuação pag. 8

Vasco Lourenço: "A nossa opção de classe está feita"

Continuação da pág. 4

Quanto a mim, a social-democracia é mais uma defesa, uma reestruturação de um capitalismo, que um caminho para uma sociedade socialista. Pessoalmente, entendo que a social-democracia não servirá ao nosso processo, mas terá que ser através e com a dinâmica da Revolução que construiremos a sociedade socialista que queremos. Vai ser difícil

enquadrar todas estas liberdades, o pluralismo, no processo revolucionário construtor do socialismo. Como é que vamos definir quando é que as liberdades podem pôr em causa a construção do socialismo? Pois para isto temos a plataforma de acordo, na qual a Constituição terá que se basear. Com a existência do Conselho da Revolução e da Assembleia do MFA onde as

linhas principais terão que ser determinadas, parece-me que estarão garantidas as condições para que o pluralismo e todas as liberdades, que são de facto mais uma das nossas originalidades em relação a processos revolucionários, possam ser enquadrados dentro dele, coexistindo e caminhando, pluralismo e revolução, até à sociedade socialista.

M.F.A. Movimento de Libertação

EXPRESSO — No documento de acção política, o MFA define-se como um Movimento de Libertação. Esta definição parece-me implicar toda uma série de influências, dos Movimentos de Libertação das ex-colónias, sobre os oficiais portugueses, influências a que, aliás, o general Otelo se referiu numa recente entrevista que nos concedeu.

Gostaria que nomeasse os pontos comuns entre o MFA, agora definido como Movimento de Libertação e os Movimentos de Libertação das nossas ex-colónias.

VASCO LOURENÇO — Especialmente o que nós achamos que existe e que leva o MFA a definir-se como Movimento de Libertação Nacional, é o seu objectivo final: a Independência Nacional. Isto

pode ser muito controverso (pois «Portugal é um país independente há mais de 800 anos», como há pouco o CDS o disse). Pessoalmente, desde sempre tenho afirmado que considerava que Portugal era talvez o único país no mundo que era colonizador e colonizado ao mesmo tempo. Tínhamos portanto que descolonizar em relação às nossas colónias e em relação a nós próprios. Temos que passar a ter a liberdade de nos darmos com todos os povos do mundo sem nos preocupar se pertencem ao bloco americano, à Europa Ocidental ou ao bloco de Leste. Temos que conquistar a nossa própria independência. Considero, ainda um outro ponto bastante comum entre nós e os Movimentos de Libertação: o facto de nos propormos conseguir essa independência Nacional através da implementação de uma sociedade socialista em Portugal, em que todo o povo colabore, e não uma pseudo-classe a ditar linhas de acção. E nesta colaboração

popular encontramos um outro ponto bastante comum que nos leva à designação de Movimento de Libertação do Povo Português.

EXPRESSO — Portugal é um país membro da NATO, e portanto ligado de um modo ou de outro ao imperialismo americano. De que modo concilia Portugal a posição de país membro da NATO com a de elo de ligação ao Terceiro Mundo?

VASCO LOURENÇO — Considero que existe, neste momento, um forte desanuiamento a nível mundial, ou pelo menos a tentativa.

Veja-se, por exemplo, o caso da Roménia, que pertencendo a um bloco diferente está também ela tentando conjugar a sua posição de país vinculado ao Pacto de Varsóvia com a conquista da sua Independência Nacional. Portugal pode contribuir extraordinariamente para esse desanuiamento a nível mundial e pode continuar a pertencer a uma organização essencialmente defensiva, conjugando isso com a sua Independência Nacional. Desde que a existência da NATO não ponha entaves à definição das linhas políticas pelas quais Portugal se deve reger, são posições perfeitamente coabitáveis.

Se, pelo facto de pertencer à NATO, Portugal não puder ser um país independente e escolher, ele Portugal, o povo português, a sua maneira de viver, então a posição terá que

ser revista. Para já, considero possível continuar a pertencer a um grupo que existe essencialmente como defesa política e por outro lado conquistar uma verdadeira Independência Nacional.

EXPRESSO — Foi apresentada ao Conselho da Revolução pelas unidades operacionais do COPCON uma moção, contendo sugestões em dez pontos.

Em que pontos do documento de acção política ora apresentado essa moção fez sentir a sua influência?

VASCO LOURENÇO — Essa moção, à volta da qual foi feita grande especulação, havendo até quem lhe tenha chamado um ultimato, foi na realidade um contributo excepcional, extraordinariamente válido para o trabalho que a Comissão Política apresentou mais tarde ao Plenário do Conselho da Revolução.

Praticamente todos os pontos ou quase todos os pontos dessa moção estão contidos, de uma maneira ou de outra, no plano de acção política.

Alguns pontos que eles (as unidades operacionais) pensavam deverem ser retomados desde logo no aspecto prático não foram considerados no Plano de Acção Política. Os aspectos práticos não constam do Plano. É, portanto, natural que algumas decisões práticas venham a ser tomadas, de acordo com o que está contido nessa moção dos elementos do COPCON.

COUTINHO, Rosa; CORREIA, António

5. membros do Conselho de Revolução (C.R.)

Rosa Coutinho:

“O Plano não traz nada de inteiramente novo”

EXPRESSO — O sr. almirante defendeu por mais de uma vez, em tempos recentes, um projecto de reordenamento das forças políticas em Portugal, tendo em vista a formação de uma ampla frente civil de apoio ao MFA. Por outro lado, são conhecidas as suas posições favoráveis à criação de um verdadeiro partido socialista.

Tendo em conta as linhas de orientação do Comunicado de 21 de Junho do C.R. (“Plano de Acção Política”), considera essas suas posições ultrapassadas ou, pelo contrário, continua a pensar que faz falta em Portugal um

partido socialista claramente demarcado em relação à social-democracia?

ROSA COUTINHO — Quando defendi a necessidade de um verdadeiro partido socialista em Portugal, constituindo um dos suportes fundamentais do MFA, li-o esperando que o Partido Socialista repudiasse a social-democracia como seu programa de acção visto que consideramos a social-democracia sobretudo como socialismo de fachada, que não está à altura de resolver os problemas que se põem numa so-

cialidade socialista. Entretanto, porém, o próprio dr. Mário Soares esclareceu que o Partido Socialista repudia a via social-democrata e se dispunha a seguir uma orientação verdadeiramente socialista. Ora, se assim for, o PS poderá vir a ser o verdadeiro partido socialista de que falei.

Simplemente, devo notar que os partidos, tal como as pessoas, não se reconhecem apenas pelos seus projectos mas sim pela sua forma de acção. Temos que esperar e ver, portanto, se os actos correspondem efectivamente aos programas anunciados.

O plano e a realidade portuguesa

EXPRESSO — Alguns sectores da esquerda começaram já a formular as suas críticas ao "Plano de Acção Política", considerado-o, nomeadamente, uma cedência face à social-democracia e às pressões externas que se têm sistematicamente exercido sobre o desenvolvimento do processo revolucionário português. Por outro lado, as mesmas correntes de opinião apontam que o "Plano de Acção Política" não tem qualquer viabilidade, pois encontra-se ultrapassado pela própria dinâmica do movimento social, estando-lhe destinado, por conseguinte, um futuro semelhante ao do Programa Económico e Social.

Que pensa a este respeito?
ROSA COUTINHO — Considero que o Plano corresponde à realidade portuguesa. Evidentemente que é susceptível de críticas, como aquelas que refere de determinados sectores de esquerda. Mas talvez esses meios não estejam absolutamente conscientes de qual é a realidade portuguesa. Por outro lado, é bom ter presentes que, se fim e ao cabo, o Plano não traz nada de inteiramente novo. O Plano corresponde, sim, às posições definidas por diversas vezes

pelo MFA e os seus responsáveis. Quanto muito, essas posições foram clarificadas e apresentadas de uma forma mais sistemática. Por exemplo, é concretamente definido ao Plano o que o MFA entende por socialismo — e esse socialismo não em nada que ver com social-democracia. Portanto, não há ali qualquer cedência e a própria ideia de cedência parece um pouco absurda. Definido-se, sim, o que se entende por socialismo, o

que se entende por pluralismo dentro do socialismo, o que se entende por pluralismo partidário.

A revolução portuguesa tem de ser feita com a participação de todos os portugueses, ainda que impulsionada eia pelas forças massivas. De contrário, não será possível vencermos as batalhas que temos à nossa frente. E é certo que se não as vencermos, não será apenas a revolução que ficará em perigo mas a própria sobrevivência de Portugal como país independente.

E, de resto, face à questão da independência nacional que se põem os problemas fundamentais. A partir daí coloca-se, por seu lado, a questão do socialismo, na medida em que entendemos que só por essa via se poderá proceder à necessária descolonização interna. Porque só assim Portugal poderá afirmar-se como país independente, diversificando as suas naturezas dependências em relação aos outros países do mundo.

Descolonização interna

EXPRESSO — A propósito de descolonização interna, isso já deu origem a comentários de certas forças políticas, estas de direita, que objectam dizendo ser Portugal um país independente há largos séculos...

ROSA COUTINHO — A independência nacional não se resume ao facto de um país dispor de governo próprio. Há países que o têm e se encontram numa situação de dependência. O caso de Portugal é precisamente esse. E nós não nos conseguimos ainda libertar dessas dependências.

Uma delas diz respeito à concentração do poder económico nas

mãos de meia-dúzia de famílias que, representantes do grande capital internacional, estavam de certo modo desnacionalizadas. O capital quando atinge um certo volume deixa de ter pátria e o capital que governava o país era um capital apátrida.

Por outro lado, o colonialismo português — especialmente em Angola e em Moçambique — desempenhava essencialmente um papel intermediário (dependente, portanto) do capitalismo internacional. Basta ver a profunda implantação de numerosas empresas estrangeiras, europeias, norte-americanas e outras, nas antigas colónias portuguesas. Nesse sentido, pode dizer-se que Portugal ficava com o odioso enquanto os outros países ficavam com os lucros... Não será isso também uma forma de dependência? Aliás, muitos dos problemas que temos tido com a descolonização de Angola resultam de ques-

tões dessa natureza.

Finalmente, outra razão que me leva a considerar que Portugal era e ainda é um país dependente reside na necessidade que ainda enfrentamos de exportar mão-de-obra para o exterior, na medida em que há portugueses que não dispõem de condições de vida efectivas no seu próprio país. Ora, apesar do profundo atraso de Portugal no campo da educação, da assistência social, da saúde, é certo que toda essa força de trabalho que se viu obrigada a emigrar foi criada, gerada, alimentada e paga pelo povo português. Não exportávamos matérias-primas como certas nações colonizadas, mas exportávamos, em contrapartida, um inenso potencial humano. Ora é para acabar com essa situação de colonização que temos de conquistar de facto a nossa independência nacional através da construção do socialismo.

A situação económica

EXPRESSO — Voltando ao «Plano de Acção Política», uma das críticas que lhe são feitas pelos sectores de esquerda que referi atrás diz precisamente respeito à preocupação manifestada nesse documento ao sentido de se amenizar a agressividade do capitalismo internacional em relação ao processo político português. Nessa perspectiva, procurar-se-ia apresentar uma imagem mais «moderada», mais «aceitável» — do ponto de vista dessas potências — da revolução portuguesa, com o fim de captar o crédito externo, os investimentos, a confiança... Ora, esses sectores da esquerda contrapõem que não é cedendo que seremos capazes de conquistar a independência. Tudo residiria, de acordo com essa perspectiva, na necessidade de deflagração clara e inequívoca de um sistema político em Portugal: com instituições sólidas, com um regime solidamente implantado — mesmo que a sua orientação fosse marcadamente de esquerda...

ROSA COUTINHO — Isso é uma interpretação puramente subjectiva e especulativa do Plano. O plano não se destina a consumo externo mas, dirige-se, sim, ao povo português. Não há no documento quaisquer referências à captação de capitais externos ou formas de cedência a pressões do exterior. Essas críticas não têm qualquer fundamento.

EXPRESSO — Mas é um facto que há, pelo menos, referências indirectas, nomeadamente quando se descreve a situação económica do país, a carência crescente de divisas...

ROSA COUTINHO — O Plano procura, sim, é consciencializar os portugueses da situação existente. Quando se refere a que o desequilíbrio grave da balança de pagamentos não pode continuar, isso dirige-se aos portugueses no sentido de que compreendam não ser possível ganhar mais do que se pode fazer a qualquer dona de casa.

É necessário levar por diante a batalha da produção já em curso e, ao mesmo tempo, adquirirmos hábitos de austeridade para que não fiquemos completamente subordinados em relação ao exterior, de tal forma que se ponha em risco a nossa independência nacional. Isso não tem nada que ver com investimentos estrangeiros.

Manifestação do PS

EXPRESSO — De qualquer modo, há reacções do exterior que parecem significativas. É o caso de certas interpretações da imprensa estrangeira considerando o Plano como uma vitória do Partido Socialista e da chamada facção "moderada" do MFA... Há, por outro lado, a manifestação do PS, também interpretada nesse sentido.

ROSA COUTINHO — Lá está de novo as especulações. Já lhe disse que no Plano não está nada que não tivesse sido já afirmado inúmeras vezes.

Quanto à manifestação do Partido Socialista trata-se de uma especulação ridícula, pois, como se sabe, a manifestação estava já marcada antes de ser conhecido o Plano de Acção Política. A manifestação era de apoio ao Plano. Sabe perfeitamente que assim é. De maneira que essa interpretação é lançada. Não percebo a pergunta...

EXPRESSO — Repare que, neste caso, me limito a reler interpretações.

ROSA COUTINHO — Pois eu já disse muitas vezes que a asneira é livre e a especulação muitas vezes tendenciosa...

EXPRESSO — Por outro lado, porém, o certo é que a manifestação, uma vez que ocorreu depois da divulgação do Plano, acabou por funcionar também como uma forma de apoio...

ROSA COUTINHO — Mas a manifestação estava ou não estava marcada antes da divulgação do Plano?

EXPRESSO — Estava.
ROSA COUTINHO — Pois se estava, não me virá agora dizer que o PS tinha conhecimento prévio do Plano.

EXPRESSO — Bom... Não quero que me volte a acusar de especulador...
(Risos)

ROSA COUTINHO — O PS gosta do Plano? Encantado. Já disse que precisamos do PS. Os outros partidos gostam do Plano? Encantado. O que é preciso então é que todos os portugueses gostem do Plano.

EXPRESSO — Mas há portugueses que fazem críticas...

ROSA COUTINHO — É natural. Mas eu também estou convencido de que as críticas vêm de todos os lados. Ninguém gosta sinceramente do Plano, na medida em que cada um gostaria que o Plano fosse mais de acordo com o seu próprio, mas estou convencido de que a esmagadora maioria do povo português ficou esclarecida e está a par dos verdadeiros objetivos do MFA. Dai a necessidade de acabar com todas essas especulações que foram feitas de forma partidária, com "slogans" que pretendem jogar com a emotividade do grande público, tais como "socialismo em liberdade" — como se a liberdade não fosse delimitada pelo próprio MFA — "soc. limbo, sim, ditadura, não" — como se o MFA alguma vez tivesse apoiado qualquer espécie de ditadura — ou outros semelhantes. De maneira que vamos acabar então com essas parvoíces...

Casos República e R.R.

EXPRESSO — Em todo o caso, o certo é que as rivalidades partidárias existem — e se manifestam frequentemente sob a forma de choques frontais. Temos agora mesmo o caso do "República" que permanece num impasse. Tivemos ainda a posição do PS em apoio do Patriarcado ao caso da Rádio Resurreção... Não acha que estas situações, estes casos de ponta podem provocar um bloqueamento do processo revolucionário?

ROSA COUTINHO — Primeiro, não considero esses casos como "casos de ponta", mas sim, incidentes menores, embora por vezes igualmente explorados,

São, de facto, incidentes menores sem qualquer significado.

Mas queria salientar outro aspecto: o MFA já afirmou que o seu objetivo é a edificação da independência nacional. Ora, uma vez que assim é, a linha de orientação definida pelo MFA não comporta certo tipo de jogos com base em influências movidas do exterior e que pretendem interferir, de forma directa ou indirecta — e até por via de pressões económicas — na evolução da política portuguesa. Isso não é defender uma posição de independência nacional, mas sim de dependência face ao estrangeiro.

EXPRESSO — Entretanto, na perspectiva do PS, o caso República, adentro de uma óptica partidária, é mesmo um caso de importância fundamental. É basta

ver as repercussões que está a ter no estrangeiro...

ROSA COUTINHO — É absolutamente necessário não confundir o fumo com o fogo. O caso República é apenas fumo...

EXPRESSO — Se o é, trata-se pelo menos de fumo que tarda em dissipar-se, como acha que isso poderá vir a acontecer?

ROSA COUTINHO — Esclarecendo resumidamente a opinião pública de que está por baixo. Se há problemas, se há dúvidas, se há posições, pois que os partidos os esclareçam falando verdade, não se servindo de casos República e outros semelhantes e atirando com pó para os olhos do público.

Entrevista conduzida por Vicente Jorge Silva

Ramiro Correia:

“Submeter ambições pessoais ao projecto comum”

Ramiro Correia:

O M.F.A. está directamente ligado aos Comités de Defesa da Revolução

EXPRESSO: Considera que o documento emanado do Conselho da Revolução, é uma solução de compromisso, ou um passo em frente?

RAMIRO CORREIA: Bom, eu considero que tudo o que seja clarificar a situação política e que seja definir qual é a visão política do Conselho da Revolução, portanto do MFA, é sempre um passo em frente.

EXPRESSO: Lê-se a determinada altura do documento, que um dos objectivos que se propõe o MFA é “desarmar as organizações armadas”. Como pensa que isso pode ser levado a cabo?

R. C.: Não podemos ter um programa de desarmamento, até porque somos capazes de não combater com estas armas na sua totalidade. Temos, sim, que reconhecer o que existe de organizações armadas, estudar a situação e depois utilizar as medidas mais correctas para com um mínimo de convulsões, proceder ao

desarmamento. De qualquer maneira, nós estamos firmemente dispostos a não permitir organizações desse género, fora das Forças Armadas. É isto que me parece o principal.

EXPRESSO: Como vão integrar todos os militares no MFA?

R. C.: De várias maneiras. De resto, devo dizer que isso já se tem processado através de um es-

clarecimento, de um debate político dentro das Forças Armadas, procurando alargar a participação e a motivação de um número crescente de militares, procurando uma integração dos militares nos três ramos, e tentando así levar e alargar este tipo de participação aos nossos camaradas das forças militarizadas, que realmente têm sido problemas

específicos. Nós pensamos que é nossa obrigação prestigiar as forças militarizadas e criar um corpo cívico diferente em tudo do anterior, motivado por um corpo cívico diferente em tudo do anterior, motivado por um espírito colectivo na constituição duma sociedade em que as pessoas se sintam serenas e seguras, podendo caminhar em frente.

Autoridade e organizações clandestinas

EXPRESSO: Noutro passo do Plano de Acção Política era visível que um dos principais e actuais objectivos do MFA, é a necessidade da autoridade, logo de criar condições para a sua garantia efectiva. Como pensa que vão garantir a autoridade?

R. C.: É evidente que o exercício

de autoridade é complexo. Não podemos pensar em autoridade em termos de repressão, mas sim em termos de motivação da população portuguesa, num projecto colectivo da construção do país, da criação de motivações e objectivos de vida diferentes.

A autoridade será profundamente ligada ao esclarecimento político e à participação política e cívica das populações.

Em tudo isto, é óbvio que terá de haver firmeza, mas nós pensamos que tem sido uma grande manifestação de maturidade por parte do

Movimento das Forças Armadas, e das Forças Armadas em geral, não ter sido repressivo em relação a certas manifestações...

EXPRESSO: Quais, por exemplo?

R. C.: Certas manifestações de rua, algumas provocações que tem havido em relação às Forças Armadas. Permitiu um povo que esteve cincoenta anos submetido ao terror policial, nós podíamos,

Continua pág. 6

Comunicação de não é

reprimir com demasiada impetuosidade, certas manifestações, porque corremos o risco de que as populações se inquietassem em terrores antigos não surgido assim o desenvolvimento das potencialidades criativas dum povo. Assim urge encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento destas potencialidades — de todas, mesmo com os aspectos negativos que por vezes apresentam — e, a pouco e pouco, através do escaramentamento político, da participação cada vez mais consciente dos trabalhadores portugueses na construção do país, havendo uma autoridade consentida...

EXPRESSO: Como que um equilíbrio entre revolução e ordem?

R. C.: Um equilíbrio exactamente. É essa a nossa posição.

EXPRESSO: Qual é a lei que vai surgir para reprimir as organizações clandestinas? Que pode pensar sobre elas?

R. C.: É o começo por não compreender como pode haver neste momento no nosso país, que desfruta de todas as liberdades, entre elas a de associação, organizações clandestinas. Costuma-se de facto pensar em termos de clandestinidade num país com as liberdades que nós temos. Penso que essas organizações, uma vez que o processo português é tão claro, são necessariamente contra os interesses do povo. Há uma prática revolucionária, há um projecto político em desenvolvimento e devemos ter a firmeza suficiente para não permitir organizações clandestinas que são necessariamente organizações contra-revolucionárias. Os termos da lei, parecem-me secundários.

Revolução de mentalidades

EXPRESSO: Como pensa poder ser resolvida a crise do ensino?

R. C.: A crise do ensino tem várias facetas. É evidente que não estou dentro da questão. De qualquer modo, penso que há vários problemas na crise do ensino: de estruturas completamente inadequadas, (já herdadas do fascismo), métodos competentemente inadequados, também, ao ensino actual, mentalidades distorcidas não penas de professores, mas até de alunos. Claro que não podemos medir tudo pela mesma bala, visto que há professores e professores, alunos e alunos; mas não há dúvida de que a origem de classe da maior parte dos professores e alunos, certos hábitos negativos, a própria formação que as pessoas foram adquirindo, têm conduzido a uma certa dificuldade por parte da escola em acompanhar o

processo revolucionário português.

Temos que pensar em reestruturar o ensino em moldes realistas: não creio por exemplo, que possamos ter a liberalização de acesso às Faculdades que existia. Temos de ser mais pragmáticos; pensar por exemplo em quantos médicos precisamos por ano, quantos engenheiros, etc., e tentar que as pessoas se canalizem também, de certa maneira para as profissões em que possam ter emprego e utilidade, isto pode parecer uma limitação às vocações mas, numa sociedade, as pessoas não podem aspirar à mesma função. Se todos quisessem ser pintores, é evidente que a sociedade não-avancava. Logo terá de ser o próprio sistema educativo a tentar equilibrar estes aspectos.

Por outro lado, tem que haver toda uma profunda reestruturação social, na medida em que os acessos à universidade, aos vários graus de ensino, devem ser abertos a qualquer tipo de pessoas, independentemente da sua classe social, ou das suas condições económicas.

Creio também que o ensino secundário tem de ser unificado, — de resto isto consta das ideias do Ministério da Educação e Investigação Científica, — de modo a que um jovem logo aos 12, 13 anos não comece a ter uma educação diferente do outro jovem, o que irá de certo modo criar perspectivas de vida diferente. Tudo isto é altamente complexo e passa por uma revolução de mentalidades, ao nível de todo o país.

Sindicatos CTT, salários

EXPRESSO: Gostaria agora de lhe pedir a sua opinião sobre as eleições nos sindicatos e o problema dos CTT.

R. C.: Sobre os sindicatos, o MFA tem tomado uma posição que me parece correcta: A força dos trabalhadores deve ser unida e que é unida que eles podem defender os seus interesses. O facto de haver uma central sindical única, impõe uma profunda democratização em todos os escalões da vida sindical. Se esses dois objectivos, unidade e democratização se aliamem, teremos uma vida saudável. Quanto às eleições que nos termos da lei têm de ser feitas, eu espero que os trabalhadores tenham consciência de sua necessidade de nelas participar, abertamente. É a única maneira, na verdade, de os sindicatos serem representativos dos trabalhadores e dos seus interesses.

Relativo ao problema dos CTT, devo dizer desde já que não estou bem dentro dele, mas que me parece ser, à primeira vista, uma

questão de exigências salariais que não estão de modo algum de acordo com as possibilidades do país no sector económico.

Todos nós gostaríamos de aceder imediatamente a um nível de vida diferente, mas também devemos ter todos uma profunda consciência de que não nos encontramos isolados na sociedade e que as nossas ambições pessoais, perfeitamente legítimas de resto, têm de ser integradas num projecto comum de construção do país.

EXPRESSO: É quanto ao congelamento dos salários?

R. C.: Quanto a mim, o congelamento tem razão de ser naqueles casos em que os salários podem mesmo ser congelados e em que tem de haver uma certa liberalização e justiça social. Isto não só no que se refere aos salários salariais, que têm de ser atenuados, como ao facto de se tentar ir subindo o ordenado mínimo nacional, a fim de possibilitar a todos os portugueses, uma vida mais digna.

"Diário de Notícias" jornal oficioso do MFA

EXPRESSO: Qual a sua posição perante não só o caso dos jornais nacionalistas?

R. C.: Antes de mais, quero esclarecer que não pode haver dúvidas de que o MFA não tem qualquer ideia de monopolizar a informação.

EXPRESSO: Recusa, portanto, frontalmente essa ideia que alguns teriam eventualmente como certa?

R. C.: Recusa absolutamente. Mas o que me parece por outro lado é que, em qualquer actividade que tenhamos, somos responsáveis por aquilo que informamos, que afirmamos, que fazemos. Todos os actos que praticamos, num país que atravessa neste momento os problemas que todos sabemos e que está em fase de profunda reestruturação, têm de ter a marca da dignidade, da responsabilidade. Ora, eu penso que isto não está a acontecer em grande número de jornais portugueses.

EXPRESSO: Porquê?

R. C.: Por várias razões. Por um lado, porque passar cinquenta anos em que as pessoas não foram habituadas a viver responsabilidades causa traumas muito vários; eu penso até que os neuróticos estão todos empenados! É preciso haver um respirar diferente e sobretudo criar o hábito de respirar diferente para que as pessoas distingam o que é saudável do que é doentio.

Por outro lado, é natural que, tendo sido abertas as comportas, tenham surgido várias tendências, várias forças; é natural que elas

entrem em confronto, haja desajustamentos, o que leva a uma certa incompatibilidade relativamente à necessidade de uma informação objectiva, honesta e séria, e a certos deslizes — muitas vezes até pessoais, muitas vezes até partidários — que são perfeitamente naturais, e, que temos de compreender, mas, como cada vez mais é pedida a todos uma maior responsabilização, é necessário que os trabalhadores tenham consciência de que uma palavra que escrevam, uma afirmação que façam, vai ser repercutida num largo sector da população portuguesa. Em relação a esta imprensa que está economicamente dependente do Estado, penso que nós precisamos de um ay delá de gãos em que se faça ouvir a voz do Governo, do MFA, o que não implica, claro, que nos outros órgãos de informação, ou mesmo neste, não se oçam vozes discordantes e críticas, desde que seja respeitada a objectividade da informação. Não somos pela completa abertura crítica e pelo não monopolismo da informação.

EXPRESSO: Poderá adiantar algo sobre quais os jornais que eventualmente venham a ser fundidos, quais aqueles que venham a ser a voz oficial do MFA, etc.

R. C.: O assunto está a ser estudado. Mesmo agora sai de um reunião com o comandante Jesusso e com a Comissão Política e não posso dizer grande coisa. Há um jornal que já antes do 25 Abril era um jornal oficial, o "Diário de Notícias", e, portanto, é natural que seja esse o escolhido. Se haverá mais ou não, não posso informar de momento.

EXPRESSO: E a Rádio-Renascença? E a "República"? Qual a solução que preconizaria para esses dois casos?

R. C.: São sem dúvida casos muito complexos.

Quanto à Rádio Renascença posso lhe dizer que em breve vai ser tomada uma resolução rápida...

EXPRESSO: Qual?

R. C.: Deve compreender que nada posso adiantar. Esta notícia é um pelouro do Ministério da Comunicação Social. Os órgãos do Governo têm de ser respeitados, e se eu, como elemento do Conselho da Revolução, estivesse a fazer

jogadas por fora, isso não seria correcto. Quanto ao caso República ele está a ser neste momento objecto de análise, mas ainda não se chegou a nenhuma conclusão.

EXPRESSO: É pessoalmente está de acordo com a solução encontrada para o caso Renascença — apesar de não me querer dizer qual foi?

R. C.: Estou. É um problema complexo, a solução é política.

Defender os locais de trabalho de armas na mão

EXPRESSO: Mudando de tema. Qual a sua posição em relação aos Conselhos Revolucionários dos Trabalhadores, e aos Comités de Defesa da Revolução?

R. C.: Quanto a mim, os Comités de Defesa da Revolução são aqueles a que o MFA está directamente ligado e por isso são os únicos que me interessa referir. Quanto aos outros, as posições a tomar serão tomadas em conjunto pelo MFA e o Conselho da Revolução, e não individualmente. Se refiro os CDR, é porque, de certa maneira, até já temos posições comuns sobre isso.

Quando falamos em participação dos trabalhadores na Revolução, isso tem mesmo de ser feito. Temos estado a falar em termos dirigidas aos trabalhadores e devemos fomentar o aparecimento de organizações de base. "Interessa-nos que os trabalhadores, — todos os trabalhadores portugueses — encontrem formas unitárias de participação" e pensamos que eles podem vir a superar certas divergências partidárias, que muitas vezes hiperultradas, até por órgãos de informação. A participação dos trabalhadores na revolução pode processar-se a vários níveis. Por um lado, estes CDR motivam os trabalhadores em ordem a que participem na defesa da revolução. A nível político, esclarecem-nos através da discussão dos problemas económicos, sociais e políticos do país. Por outro lado, fomenta-se a criação de um espírito associativo, alargando,

portanto, a sua base social, procurando chamar para a revolução aqueles trabalhadores que porventura estejam mais marginalizados, porque não foram habituados a pensar em termos políticos. Temos, de facto, e cada vez mais, a necessidade de construir um país, a partir da participação consciente e esclarecida de todos os trabalhadores. Acho que é preciso criar neste país um clima de serenidade revolucionária, com firmeza ideológica, claro, mas serenidade também. Os órgãos de informação, a própria rádio, e a televisão, criam, por vezes um clima de histeria social, de tensão, que é negativo. As pessoas têm de ser motivadas para a construção deste país, mas em clima de serenidade. É chegado o momento de o fazer, o que implica um esclarecimento, uma autoridade e a participação dos Comités de Defesa da Revolução. Não me repugna também afirmar que esses Comités, em certos sectores, em certos locais, estejam preparados para lutar e defender, de armas na mão, os seus locais de trabalho contra acções contra revolucionárias. Mas também devo dizer que isso seria numa situação "in extremis", porque considero que a actual situação do país, não justifica nada disso, de momento.

EXPRESSO: Os Comités de Defesa da Revolução podem de algum modo, revelar-se ou ser incompatíveis com os partidos políticos?

R. C.: Não. Se pensarmos que a opção partidária representa a maturidade política dum cidadão, é evidente que os homens que

participarem conscientemente nesses Comités, também terão a sua opção. É possível encontrarmos elementos de vários partidos a colaborar nos Comités. Da parte dos partidos políticos tem de haver uma compreensão sobre os objectivos a atingir. São objectivos patrióticos e nacionais.

Há pessoas que se melindram quando falamos em termos de pátria, mas por vezes é preciso apelar para coisas que estão acima de interesses de grupos ou de facções. Creio que não, no MFA, temos dado esse exemplo: os interesses da colectividade estão acima do individual, e os interesses da pátria estão acima dos interesses partidários.

EXPRESSO: Visto que participei na leitura do Plano de Acção Política, gostaria de saber se o considera como um documento de extrema importância, a partir do qual se pode caminhar em frente, uma espécie de segundo Programa do MFA, em termos mais actualizados, mais revolucionários, digamos?

R. C.: Eu considero-o aquilo que é um Plano de Acção Política, que pode ser neste momento, o motivador e aglutinador de várias forças interessadas no processo político.

EXPRESSO: Mas não o acha um pouco vago ou ambíguo, como projecto de acção política?

R. C.: É um plano de acção política que irá ser concretizado na prática com medidas a curto prazo: económicas, sociais, políticas. Agora, há que motivar as pessoas e as forças partidárias para um projecto político de construção do socialismo.

MFA e Movimentos de Libertação

NA MESMA semana em que terminou, no Quênia, a cimeira dos movimentos de libertação angolanos e se verificou a independência de Moçambique, foi divulgado em Lisboa o Plano de Acção Política do MFA, no qual, entre outras coisas, este se proclama movimento de libertação.

Surge, assim, claramente consagrada, já não como eventual opção de política externa, mas como objectivo (e método) interno a tese a que, em termos perigosamente genéricos, se tem chamado de terceiro-mundismo. Mais do que uma atracção global pelo não alinhamento e pelas realizações de vários países do Terceiro Mundo, trata-se agora de apresentar e fazer actuar o MFA, em Portugal como autêntico movimento de libertação. A ideia, aliás, não é nova, tendo sido referida várias vezes por responsáveis militares, como Otelo de Carvalho e Rosa Coutinho.

O capitão Vasco Lourenço em entrevista que hoje concede ao EXPRESSO (ver pag. 4) aponta três semelhanças fundamentais entre o MFA e os movimentos de libertação das ex-colónias: luta pela independência nacional, recurso intensivo à colaboração popular, socialismo como meta final.

O estabelecimento de paralelos entre o que se passa em Portugal e o que se tem passado nas ex-colónias contém, efectivamente, elementos de verdade e de reflexão. Os motores da revolução portuguesa conhecem África, admiram os chefes e os processos dos movimentos de libertação da Guiné-Bissau, de Moçambique, de Angola. O MFA veio começar a libertar o povo português do fascismo. O povo português demonstrou várias vezes a sua adesão e o seu reconhecimento ao MFA. O MFA pugna pela independência nacional como valor prioritário e propõe uma sociedade socialista em que não haja classes, nem exploração do homem pelo homem, nem propriedade privada dos meios de produção e, embora realçando a liberdade e o pluralismo, entende que estes não devem pôr em causa a opção socialista. O Plano de Acção Política demonstra que o MFA está disposto a prosseguir a sua cruzada até à liberdade total, económica, política e social do povo português.

Parece, no entanto, evidente que, se há semelhanças entre o MFA e a Frelimo, o PAIGC, o MPLA ou a UNITA, não é menos certo que há diferenças. Para além do facto de o MFA se definir como movimento de libertação 14 meses depois de derrubar o regime fascista, para além da luta que trava não ser propriamente a das armas, mas a da guerra ao capitalismo, para além de em Portugal ter havido eleições, funcionar uma Assembleia Constituinte e existirem partidos políticos — há um povo, o povo português, que foi vítima de uma colonização interna durante muitos anos, mas não tão intensa, não tão dramática como a que atingiu os povos das ex-colónias. Pelas diferenças qualitativas da colonização, pela história, pela geografia, o povo português é obviamente distinto do angolano ou do moçambicano.

Sendo assim, também o MFA não pode cair no esquema simplista de, como movimento de libertação, seguir fielmente os modelos da Frelimo ou do PAIGC, da UNITA ou do MPLA. Uma das condições básicas para um movimento de libertação triunfar é a capacidade de mobilizar as massas populares, de conhecer os seus anseios mais profundos e saber estimulá-los, de motivar a sua criatividade e conseguir orientá-la sem a desviar nem dela abusar. O povo português tem naturalmente anseios e motivações muito diferentes dos povos de Angola, da Guiné-Bissau ou de Moçambique e a única vez que os pôde exprimir, a nível nacional, quando das eleições de 1975, mostrou claramente as suas opções.

Além disso, somos Europa, em 1975 e precisamos ser realistas a esse respeito (ver pag. 1, declarações de Melo Antunes).

O MFA vai continuar a libertar o povo e tem legitimidade e poder para isso. Mas não o conseguirá fazer se moldar o povo às suas concepções, em vez de se moldar ao que o povo é e ao que o povo quer.

SOUSA, António Rebelo de, MARTINS, M. Oliveira

Pluralismo, exigência da verdade revolucionária

António Rebelo de Sousa e M. Oliveira Martins

A LUTA do socialismo é a luta contra a exploração e a opressão, contra o monopólio de verdade e do poder contra toda a espécie de tirania. É a luta pela libertação do Homem e pela humanização da sociedade. Marx afirma: «considera o homem como homem e a sua relação com o mundo como uma relação humana e não poderes senão trocar amor por amor, confiança por confiança» («Oeuvres philosophiques», TVI, pág. 144). Por isso, a luta pelo socialismo tende a ser uma luta responsável participada pelas massas populares, sob a pena de deixar de ter qualquer significado emancipador para passar a possuir o sentido de uma nova forma de exploração, operada por novas elites omnipotentes escravizadoras. O homem só pode ser considerado homem enquanto for encarado como ser livre, participante nas deliberações da comunidade e corresponsável pelo projecto colectivo de emancipação e libertação. Daí, ser a opção socialista indissociável da opção democrática. Daí, termos de considerar que não existe no processo histórico qualquer experiência verdadeiramente socialista.

Evidentemente que por democracia temos de entender apenas aquele sistema que assente no respeito dos direitos e liberdades da pessoa humana e que garante uma efectiva participação pessoal e comunitária nos destinos colectivos. A institucionalização da democracia passa pela superação do sistema capitalista através da socialização dos meios de produção e do controlo democrático das classes trabalhadoras do poder político e económico. Isto porque a democracia política não tem qualquer significado se não servir de suporte à democracia económico-social. Sem

uma efectiva igualdade de oportunidades, sem a justa partilha da riqueza produzida e sem um quadro de estruturas de responsabilização e solidariedade, não é possível a construção do socialismo. Este, só é alcançável no respeito das peculiaridades sociais e pessoais e no reconhecimento de que as classes exploradas possuem uma razão cuja verdade só é cognoscível desde que se tome contacto com todos os pormenores enriquecedores.

O socialismo é indispensável do pluralismo, porque não é possível optar por uma parte da razão. A verdade é a razão toda. A verdade de os explorados é a sua razão plural e não a razão das pseudo-vanguardas legítimas por «direito divino» e sem que lhe esteja subjacente a efectiva participação popular.

Por esta razão, teremos de criticar as chamadas democracias populares, que não sendo democracias políticas, também não constituem democracias económicas e sociais. Assentando em estruturas fortemente centralistas, permitem a permanência de relações de exploração, substituindo-se a Administração Central e o seu suporte burocrático aos monopolistas e latifundiários dos sistemas capitalistas. Não é por acaso que a experiência jugoslava (em nosso entender, não levada às suas mais profundas consequências) foi objecto de acérrima crítica de certos sectores das democracias ditas populares, quando pretendeu dar efectivo poder às classes trabalhadoras; com repúdio (tímido, enfim...) do centralismo burocrático.

Aliás, estamos convencidos de que a defesa por parte de certas instâncias responsáveis do nosso

país das democracias populares assenta num equívoco, e esse é o de se considerar que nas referidas experiências há o controlo pelos trabalhadores «do poder económico, político e ideológico» e de que «desapareceu a exploração do homem pelo homem». Muito claramente, temos de negar razão a quem tal afirma.

Aliás, nas democracias ditas populares, como corolário do que já se disse, subsiste a exploração, baseada na imposição de orientações centralistas e discricionárias por parte de um poder político não participado democraticamente pelas classes trabalhadoras e suportando um sistema de capitalismo de Estado. Só isto explica que exista um bloco imperialista com centro na URSS, auto-considerada (em acções e palavras) como campê da defesa de um certo tipo de «democracia popular».

Ora, como qualquer país não pode ser livre enquanto oprimir outros países, não podemos considerar que exista liberdade nas sociedades acabadas de considerar. Além disso é evidente que não tendo sido entregue às classes trabalhadoras o controlo democrático dos meios de produção e das alavancas do poder político, temos de considerar como responsáveis pelo desrespeito dos princípios do socialismo os componentes da elite burocrática detentora dos sectores chave do aparelho do Estado. Temos, portanto, de chegar à conclusão de que o socialismo só é possível desde que participação pelas massas populares, devendo estas organizar-se livremente a fim de poderem sacar o direito à intervenção democrática na elaboração do projecto colectivo de sociedade onde as classes exploradas alcancem a

liberdade e a emancipação a todos os níveis da vida social, política e económica.

Como socialistas, acreditamos no papel criador da vontade do homem na luta pela sociedade isenta de exploração e baseada nos valores de igualdade, justiça e solidariedade.

Por isso, consideramos importantíssimo na actual fase do processo revolucionário, o papel dos Partidos Políticos (o povo organizado para a participação livre e responsável) que o mesmo é dizer do voto secreto e universal e da democraticidade a todos os níveis. Só assim, será efectivamente privilegiada a aliança do Povo com o MFA (que não pode ser mais do que o povo com armas, na defesa da sua própria vontade e dos seus próprios anseios). Não se podem, por isso, inventar novas formas de participação popular, que não sejam queridas pelo próprio povo.

A necessidade sentir de os partidos políticos terem de desempenhar uma função pedagógica e unificadora (dentro do pluralismo e do respeito pelas minorias responsáveis e representativas), na luta pelo socialismo, só será plenamente satisfeita quando houver uma clara definição do projecto de sociedade e de meios para a atingir, que o povo pretende ver corporizados, e o respeito pela ordem e autoridade democráticas. Enquanto estes aspectos não estiverem definidos pelas próprias massas populares, no livre exercício dos seus direitos fundamentais, consignados na Declaração Universal dos Direitos do Homem (ou na luta pela sua efectiva concretização), não se terá ultrapassado a situação pre-democrática vigente e a revolução não terá conseguido desempenhar a sua função libertadora, de mobilização das vontades res-

ponsáveis das classes populares, únicas detentoras da verdade revolucionária.

Não podemos ignorar os principais problemas que se nos deparam, presentemente, com clara tendência para um acentuado agravamento nos próximos meses. A sincronização dos eventuais pontos de estrangulamento existentes, nos domínios social, político e económico, é de importância prioritária para uma selecção adequada de medidas, globais ou sectoriais a adoptar, a curto e médio prazos. Só assim poderemos evitar, decididamente qualquer espécie de retrocesso no processo revolucionário em curso.

A presente situação económica apresenta-se, em muitos sectores, relativamente depressiva. O número de trabalhadores desempregados aproxima-se dos 300 mil, sendo a taxa de desemprego de 6 a 7% do total de população activa e verificando-se, ainda, a existência de fortes desequilíbrios económicos externos — saldos negativos das balanças comercial e de pagamentos. Por outro lado, registou-se uma quebra acentuada do investimento, sendo grande parte do financiamento bancário canalizado para fins não produtivos, pelo que os pontos de estrangulamento estruturais e sectoriais estão longe de serem devidamente superados, antes se agravando progressivamente, para tal contribuindo o isolamento a que temos sido votados. Finalmente, o próprio processo inflacionista — dificilmente controlável, a curto e médio prazos —, a escassez de recursos técnicos e humanos, por parte do sector público, a inexistência de políticas coerentes de reconversão dos sectores industrial e agrícola e, ainda, de um plano global de transição para o socialismo, com uma clara demarcação dos sectores prioritários que deverão ser directamente con-

trolados pelo Estado e daqueles em que a iniciativa privada — pequeno e médio capital — poderá desempenhar, ainda que transitoriamente, algum papel, constituem outros obstáculos ao desenvolvimento do presente processo revolucionário.

A situação política interna poderá, por sua vez, ser profundamente afectada pela presente conjuntura em Angola, nos Açores e em regiões delimitadas do país. Sem se pretender menosprezar o aproveitamento que certas forças reaccionárias têm feito das situações geradas em Angola e em determinadas zonas do país, importa, aqui e agora, praticar consequentemente a crítica e a auto-crítica, tendo-se sempre presente que não são as cúpulas ou as vanguardas auto-denominadas de esclarecidas que deverão impor soluções às massas populares, mas, antes pelo contrário, deverão ser estas o elemento dinamizador e propulsor da evolução do processo revolucionário.

É preciso saber distinguir o que é da responsabilidade da reacção do que é da responsabilidade da inoperância e ineficácia dos quadros dirigentes do país. E se a reacção poderá ser combatida de forma violenta, já a inoperância do poder político constituído não pode ser escamoteada mediante o simples apelo à unidade das forças democráticas e progressistas. Esta é a verdade... custe a quem custar.

Por outro lado, importa não esquecermos que a evolução da vida política e económica interna está condicionada pelo contexto mais geral das relações de interdependência a nível internacional. E, portanto, parece-nos utópico pensar-se em caminhar para o socialismo orgulhosamente sós, e absolutamente incorrecto querer-se caminhar para uma sociedade nova com o apoio exclusivo dos países de Leste, uma vez que estes não são mais do que sociedades capitalistas de estado, de fachada socialista, como já se disse. A nossa caminhada deverá, acima de tudo, visar uma progressiva independência face aos blocos imperialistas, a partir de uma diversificação dos canais de dependência externa e do apoio das forças progressistas não alinhadas,

tendo sempre em linha de conta uma base mínima de realismo político. E esse realismo diz-nos, por exemplo, que não estamos situados em África ou na América Latina, mas sim na Europa.

Finalmente, urge superar um certo anarco-populismo existente em vários domínios da vida política nacional, o que se articula com a necessidade do respeito integral pela ordem democrática.

A situação existente ao nível dos meios de comunicação social é esclarecedora dos obstáculos existentes ao respeito pela ordem democrática e ao avanço do processo revolucionário. Não se admite que a quase totalidade dos órgãos de informação esteja controlada por determinados partidos e muito menos que certos agrupamentos políticos de reduzida representatividade reclamem a ilegalização de jornais independentes, arvorando-se, simultaneamente, em árbitros de confrontação interna ao próprio processo revolucionário.

As batalhas a travar são muitas, não se limitando à da produção, a qual apesar de se revestir de extrema relevância para o país, tem sido alvo de um aproveitamento claramente demagógico por parte de algumas estruturas partidárias. A unidade entre as forças democráticas e progressistas continua a ser elemento fundamental na consolidação e desenvolvimento do presente processo. Só que, antes do mais, é preciso optar... e optar de acordo com a vontade e os interesses do povo.

Sintetizando, ou se pretende um entendimento entre as forças democráticas e progressistas, em paz e democracia, ou então corremos o risco de se enveredar por uma via para-totalitária, de direita ou de esquerda. Esta é a primeira grande opção a fazer.

Só que, em nosso entender (por muito progressista que se pretenda uma determinada leitura do Programa do MFA). O 25 de Abril não foi feito para que se instalassem em Portugal, novas formas de ditadura. O Povo português já conhece, por experiência própria, os efeitos da autocracia e do totalitarismo. Até porque os sofreu na sua própria carne.

ANDRESEN, *Sophia de Mello Bryner*

Festival de inveja

Sophia de Mello Bryner Andressen

DEVERIA ter havido uma exposição de pintura portuguesa em Paris e que depois de exibida em Paris seria exibida nos países de Leste.

Mas acontece que a inveja é entre nós um vício muito activo e poderoso. E por isso, em vez de termos uma exposição de pintura em Paris temos um festival de inveja em Lisboa.

Aliás estes festivais de inveja sempre aconteceram e sempre conseguiram adaptar-se a todas as ideologias e a todas as circunstâncias políticas. Somos um país onde os mortos querem sempre entrar os vivos. E se Camões morreu na miséria, certamente que o culpa não estará só na distração dos Reis, mas também nas intrigas dos palacianos.

Mas que fazer contra a inveja dos palacianos? Como poderemos libertar o processo cultural português das habilidades dos oportunistas?

E esta pergunta é decisiva e grave neste momento.

A revolução cultural é necessária e possível. Mas temos que ver com lucidez isto: a maior dificuldade que uma revolução cultural tem é sua frente não é a incultura da província mas sim o hábil oportunismo burguês da capital.

E basta olharmos para os jornais diários de Lisboa. A questão dos jornais tem sido posta — e muito justamente — em termos políticos de liberdade de expressão.

Mas é preciso pô-la também em termos culturais. Nos jornais portugueses não há liberdade. E também não há qualidade. Nos

jornais portugueses existem comissões de censura — existem também insondáveis pactos de mediocridade. Os jornais diários portugueses além da sua parcialidade são também incompetentes. São jornais onde enadas é explicado, onde nada é realmente exposto e equacionado. São jornais onde muitas vezes a linguagem pretenciosa e embrulhada é uma lição de monotonia mental.

Sem dúvida há excepções e alguns jornais e alguns jornalistas mais conscientes procuram uma situação e uma linguagem mais claras. Mas esse esforço não chega.

Os jornais portugueses — enquanto forem o que são — serão em grande parte uma quotidiana lição de incultura, impedindo e sabotando a revolução cultural.

Enquanto dentro dos jornais não for feita a revolução da liberdade e a revolução da qualidade, será extremamente difícil conseguir que a cultura seja posta em comum.

Para que se possa fazer uma autêntica revolução cultural é preciso romper o pacto com a mediocridade que há séculos reina neste país. Somos um país pequeno e pobre e a mediocridade vai-nos muito cara.

E é preciso compreender que o problema é extremamente complexo. A proposta do Ministério da Comunicação Social sobre cultura ignora essa complexidade. Há em Portugal muita gente que está politicamente muito à esquerda mas que permanece culturalmente burguesa.

Que é politicamente muito avançada e culturalmente obscurantista. E a contradição entre o extremismo político e o burguesismo cultural está na origem de muitos males que sofremos. E está na origem de muito malentendidos. E um dos malentendidos mais nefastos é este: julga-se que há uma população urbana que sabe tudo e que está apta a dinamizar uma população rural que não sabe nada.

Eu creio que a situação é muito diferente — pelo menos em termos da minha própria noção de cultura. Porque penso que só a cultura da inteireza é uma cultura real. E só a cultura da inteireza é uma cultura revolucionária.

A cultura do homem rural, mesmo abafada e esmagada e paralizada pela pobreza e pelo isolamento, permanecer na sua raiz uma cultura não dissociada, uma cultura de inteireza. O barco do pescador, como a canja do boi minhoto, são simultaneamente objectos de trabalho e obras de arte. Neles, a cultura não está separada do trabalho. Está porém esquecida do tempo e esta é a sua fragilidade. E por isso a civilização burguesa ao menor contacto a destrói. Qualquer rádio falhoso varre a música tradicional e antiga. Pararam três anos de turismo para que em Lagos a loja de barros fechasse. Bilhas, pratos, tigelas, apareceram depois na loja turística e os pescadores passaram a comprar plástico e peixe congelado. Porque é mais barato. Porque é mais moderno.

Mas não podemos aceitar um mundo onde o belo fique para os turistas.

Não podemos aceitar um mundo em que o trabalho se passe em fábricas cinzentas e em que o trabalhador viva em bairros cinzentos. E sabemos que a cultura que nos é posta em comum se falsifica e se destrói. Ou se inventa em desejo de morte.

E por isso — e ainda por outras razões que nestas estão implicadas — concordo com a intenção das campanhas de dinamização cultural. O socialismo não se reduz a conquistas económicas. Para que exista um socialismo real é necessário e preciso que o processo revolucionário seja também um processo cultural. Mas penso que essas campanhas só não falharem o seu projecto se aqueles que nelas se empenharem tiverem um agudo entendimento da complexidade e da subtilidade dos problemas. E se souberem que não se trata de levar «ao povo» das aldeias a «cultura» das cidades, mas antes de encontrar para todos uma cultura nova, que será a busca de uma nova aliança do homem com o mundo e que ninguém poderá programar.

Pois acima de tudo temo que aquilo que será levado ao povo seja a cultura burguesa abreviada, envolta em roupagem revolucionária.

Sou radicalista por princípio e por método. Não gosto de remendos. É preciso tentar recomençar a partir da raiz, do início, do primordial. Quando olho para a produção literária portuguesa actual, não posso deixar de constatar que aquilo que entre nós

se escreve é em grande parte profundamente burguês, mesmo quando o escritor se afirma politicamente à esquerda e à extrema-esquerda. Este burguesismo só é ultrapassado quando o escritor efectuou por si próprio um grande esforço crítico ou quando, a sua intuição, a sua lucidez, a sua imaginação estão orientadas num sentido contrário ao uso burguês da cultura. Isto é: o uso burguês da cultura pode ser ultrapassado pela necessidade vital do real, pela inteligência crítica, pela imaginação e pela sensibilidade crítica. Pode ser ultrapassado pelo radicalismo que é imaneente a toda a atitude verdadeiramente criadora.

As aldeias deste país vivem num atraso social que as priva do seu direito à justiça. Mas o seu próprio isolamento fez que o uso burguês da cultura nunca — ou quase nunca — lá chegou.

Sabemos que numa sociedade capitalista a cultura burguesa, quando chega às aldeias, destrói e rouba a cultura popular, para depois a explorar a vender em forma de folclore comercializado.

Os socialistas não querem destruir nem comercializar a cultura popular. Aquele que busca a criação duma cultura nova, procura criar a partir das raízes e considera a cultura popular não como um objecto para venda, mas como uma raiz, como um ponto de encontro e de partida com um fundamento de resurreição e recriação.

E é por isso que defendem intransigentemente a liberdade. Sabemos que sem liberdade pu-

blica de discussão, nenhuma revolução cultural será possível, nenhuma revolução de qualidade será possível.

Sabemos que enquanto não for feita a revolução da liberdade dentro dos meios de comunicação, nada de criador se poderá fazer neste país. Sabemos que enquanto não for feita a revolução da liberdade dentro dos meios de comunicação, a cultura portuguesa continuará a patinar, encaçada no passo de mediocridade.

E continuarão os festivais de inveja.

Não estou a defender o elitismo — considero aliás que a palavra elitismo é apenas um chavão para uso de manobra.

E não estou a defender a cultura, mas antes pelo contrário estou a defender a criação duma cultura posta em comum.

Sei que essa cultura posta em comum nunca poderá ser populismo. O populismo é uma caricatura grosseira que não foi inventada pelo povo mas sim pelos demagogos.

E não podemos aceitar que com o alibi da revolução se promova uma falsa cultura. Criar uma cultura falsa, ou mediocre, ou menor, dizendo que se está a fazer cultura para o povo, é apenas uma forma nova de explorar o povo. E é também por esse perigo tudo aquilo que queremos construir. Porque o pior inimigo da revolução é a falsa revolução.

Sophia de Mello Breyner
Andressen

Programa do MFA + 11 de Março =



ANTÓNIO DE GOVEIA
Secretário de Estado



ANTÓNIO DE PAULA
Tercer ministro



AFONSO DE CASTRO
O chefe militar



JOÃO DE DEUS
Ministro da Saúde

= Plano de Acção Política de 21 de Junho



ANTÓNIO DE GOVEIA
Secretário de Estado



ANTÓNIO DE PAULA
Tercer ministro



VÍTOR CRESPO
Político e cidadão



CARLOS FILIPE
Intelectual e jornalista

A HISTÓRIA (INCOMPLETA) DE OITO LONGOS DIAS



ENTRE AS TESES anteriormente definidas, eram de apontar a que propunha uma linha de democracia popular, a exemplo do que existe na União Soviética, na Alemanha Oriental e na Bulgária (ou em Cuba), e que se propunha uma via socialista original, mantendo e consagrando, de facto e de direito, o pluralismo e procurando para o caso português um caminho próprio. A esta segunda tese se podia, até certo ponto associar, tão menos no plano tático) a tentativa de ultrapassagem da primeira pela esquerda, através de organizações populares, embora não obrigatoriamente pelos Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros (CRT).

A existência, com mais ou menos desvio e excentricidades, das duas teses referidas foi detectável, embora nem sempre com clareza,

logo no primeiro dia de reunião. Nessa ocasião, os participantes deram, cada um em voz alta, a sua definição de socialismo. Se, nalguns casos, as exposições individuais foram curtas e "de compreensão", noutras foram mais elaboradas os mais empíricas, mas, de qualquer modo, logo aí realçaram as vantagens do encontro e ficou mais nitida a necessidade de pbe termo à indefinição ideológica, estabelecendo as diferenças e buscando os pontos comuns.

Esse primeiro dia e os dois que se lhe seguiram foram, aliás, os decisivos. Durante os longos debates (nem sempre com a presença de todas as figuras conhecidas: Rosa Coutinho juntou sexta-feira, dia do começo dos trabalhos, na Embaixada da Dinamarca; Odeio esteve no Mercado do Povo, no sábado, e na FIL, no domingo à noite) processados no decurso dessas 60 e tal horas, entrecortadas pelas

audifónias dos ministros sem pasta e por alguns (poucos) períodos de sono, foi-se acentuando o declinar de uma via de "socialismo português original".

Assim ficou claro que o objectivo final a atingir é uma "sociedade socialista" obtida pela colectivização dos meios de produção", o que afasta soluções neocapitalistas, embora com gestão socializante.

Mas, também ficou claro "que esse caminho será feito por via pluralista", e "o pluralismo significa livre expressão e discussão de opiniões, bem como de experiências na construção da nova sociedade, em diálogo aberto e permanente com todo o povo português". Logo, "o MFA repudia, a implantação do socialismo por forma violenta ou ditatorial".

Claro que a ambiguidade do documento de 21 de Junho, a solução de compromisso que ele parece representar provam que

nele existe muito de patamar português. Por um lado, o "fantasma" (agradável para uns, embora não o possam confessar, desagradável para outros) da social-democracia não deixou de pairar sobre os louros da vitória do grupo dito moderado, apontando mais uma vez, para uma segunda via aliciante para quem não esclareceu ainda devidamente a terceira via que pretende professar. Por outro, a personalidade forte e a segurança política dos defensores da passagem obrigatória pela ditadura do proletariado não deita de continuar um travão (quando não um atractivo) para quem sabe o que não quer, mas não tem opções claras (peço contrário está dividido, desde os CRT à social-democracia, procurando acreditar na originalidade e pioneirismo da experiência portuguesa), quanto ao que, de facto, quer.

No regresso da Roménia

Seja como for, quando o general Costa Gomes voltou da Roménia, no quarto dia da reunião, segunda-feira 16 de Junho, e foi jantar ao Alfeite com os elementos do CR mais directamente envolvidos no debate, já os principais problemas se encontravam aclarados ou resolvidos. Com transparências, com zonas conjuntas. E, a linha defensora do pluralismo revolucionário, a linha que preciza revolução e respeito das eleições, a linha que deseja que a revolução seja feita pela maioria e não, como é historicamente habitual, por uma minoria, havia conseguido um triunfo incluído é certo, mas suficiente na ocasião.

É evidente que a posição pessoal do presidente da República (que regressava de um país cuja política externa será digna de todos os elogios), mas que para vários membros da comissão portuguesa deixará muito a desejar em matéria de liberdade interna — ver artigo de Vitor Dimas no último EXPRESSO — pág. 19) pgoa na orientação da discussão. É óbvio que o facto de Melo Antunes, também ter regressado de Bucareste, ter feito finalmente, o seu "forcing", sobretudo nos dois últimos dias (5. e 6.ª feira), permitiu que dele colhesse alguns frutos

que seria de esperar. Pode, no entanto, dizer-se que, tanto Costa Gomes, como o próprio Melo Antunes, encontraram o terreno debastado ou, pelo menos, a tarefa facilitada.

Isto, apesar da ausência de ambos ao início da reunião (que foi objecto das mais diversas interpretações) e dos acidentes do percurso aparentes ou reais, que se verificaram enretratos.

O primeiro foi, a entrevista de Otelo Saraiva de Carvalho, no sábado segundo dia, à saída do Mercado do Povo, depois de jantar à Rádio Renascença (ver transcrição integral no último EXPRESSO — pág. 12). Ao evocar métodos ategadamente seguidos pelo PAIGC ("fuzilou imediatamente e enterrou dezenas, mas dezenas, de elementos contra-revolucionários que se opunham à revolução") e ao parecer sugerir-lo para Portugal ("cheio a pensar muitas vezes se não teria sido melhor, em Abril de 1974, encostarmos à parede ou mandarmos para o Campo Pequeno umas centenas ou um milhares de contra-revolucionários e tê-los eliminado à nascença), o general mais discutido de Portugal lançou o páncio em diversos sectores da opinião pública nacional e estrangeira e criou um ambiente emocional em redor da reunião que, na véspera principiara, no Alfeite. Ambiente em

que as suas declarações foram rapidamente aplicadas em vários diversos sectores da vida política portuguesa.

Logo no dia seguinte, surge o roubo, algo rocambolesco, de quase três dezenas de armas em Santa Margarida, ao qual o COPCON respondeu com uma operação stop de envergadura nacional que paralizou ou aborrecou meio país e foi por diversos observadores considerada desmesurada em relação à importância real do furto.

Sobre estes dois acidentes (os incidentes?) ainda pouco se sabe. O que é certo é que o primeiro conseguiu chamar a atenção, em Portugal, e no Mundo, sobre a reunião do Conselho da Revolução; e que o segundo não terá poverura lograda o eventual propósito do Eip ou de forças políticas de outro quadrante exercer pressão decisiva sobre as decisões em curso na mesma reunião.

Igualmente ineficaz foi, em princípio, a manifestação dos CRT, estrategicamente convocada e realizada na feira-feira, 17 de Junho, em Lisboa. A chamada do nome de Otelo nessa manifestação respondeu o COPCON através de um exposto comunicado no qual se critica e aprova o momento pelos CRT do "nome e projecção do general Otelo de Carvalho junto das massas trabalhadoras, o seu prestígio perante as Forças Armadas e a sua teoria largamente di-

fundida e seguida de ligação do MFA às massas populares", se conclui por afirmações muito claras e de indiscutível significado político: "O general Otelo, de Carvalho vem publicamente declarar que, continuando a manifestar a sua total simpatia por todas as organizações populares, células do povo português e viver intensamente a revolução socialista portuguesa, só as admite quando perfeitamente solidárias, unitárias e integradas no espírito revolucionário e apertadismo que preside no MFA, não pactuando com partidariamos que de forma alguma se inserem na sua forma de acção, mesmo que tais organizações visem opor-se a outras, também partidárias e oportunistas, cuja formação se adivinha e que, se necessário e quando oportuno, também desmascarára". Este tanto comunicado, que, por um lado parece rechazar CRT, e por outro lado se refere criticamente aos CDR (Comitês de Defesa da Revolução) foi redigido por Otelo calma e livremente (acentua-se o livremente porque chegou a correr o boato alarmista de que Otelo esteve preso), logo a seguir à manifestação dos CRT.

Convém, neste momento, voltar atrás e acusar que, para além dos incidentes (ou acidentes?) de percurso já mencionados, outros houve que não mereceram ampla divulgação pública.

Moção "recomendação"

Em primeiro lugar, é útil recordar a moção (que, conforme foi largamente difundido não revestia a forma de ultimato) de unidades operacionais do COPCON mais próximas de Lisboa. Esta moçãoire outros pontos lamentava a falta de leis revolucionárias que permitissem a resolução dos problemas concretos que, quotidianamente são postos às unidades subterráneas: insistia por uma definição política do MFA, que permitisse a elaboração e aplicação de um plano económico coenente; criticava a acção dos partidos; sugeria a ligação Povo-MFA através de uma divulgação cultural a cargo das unidades operacionais do COPCON e lembrava que estes, que têm de enfrentar, dia a dia, os problemas concretos que lhes são colocados pela população, teriam de manter a sua actuação a diversos níveis (habitação, trabalho, etc.) Embora devidamente considerada (e reforçada na reunião em Queluz de Oitavo e Fátima com oficiais das unidades em causa, em pleno curso dos trabalhos do CRI e, em limitada medida, inserta no comunicado final de 21 de Junho, a moção dos operacionais do COPCON não foi aceite no seu todo.

A imagem do COPCON "Estado, dentro do Estado", que, durante a semana hoje terminada, adquiriu para muita gente proporções reais,

simbolizada pelos diversos comunicados que o Comando Operacional do Continente foi emitindo como entidade (quase autónoma) parece, portanto, arrastada. O que permanece, por enquanto, por esclarecer a forma como as unidades COPCON, de Lisboa e arredores, aceites do mesmo tipo de disciplina que parece ter sido implantada em unidades da província (em relação às quais o papel dos recém-nomeados comandantes da região militar, Corvacho no Norte, Charais em Lisboa e Pesart Correia no Sul, não é de menosprezar).

Para que, "uma autoridade firme embora não necessariamente repressiva" possa ser exercida, como preconiza o comunicado de 21 de Junho, é necessário, segundo alguns observadores; que ela comece por existir dentro das Forças Armadas. Para isso, não são apenas de considerar os oficiais, mas também os sargentos e praças. Neste particular, assumia especial relevo a convocação, logo que foi sabida a realização do CR, da Assembleia dos Sargentos do MFA (esta terá sido a segunda vicissitude desconhecida da semana que antecedeu o comunicado de 21 de Junho). Pouco se sabe acerca das resoluções tomadas pelos sargentos, mas será difícil ignorar o seu apoio à orientação seguida pelo primeiro-ministro, general Vasco Gonçalves, é impossível desdenhar a importância de tal apoio.

Relatórios ministeriais

Como acima dissemos, parte da semana que começou a 16 foi ocupada pelo Conselho da Revolução com as exposições feitas pelos vários ministros e alguns secretários de Estado sobre a situação dos respectivos departamentos.

Os sectores que mereceram mais vivo debate foram o do Trabalho (em que o teor das críticas chegou a levar o principal responsável pelo departamento a colocar o seu lugar nas mãos do CRI); o da Comunicação Social (tendo o comandante

Correia Jesuino recebido directivas concretas do Conselho; o da Economia (em que, atendendo à opinião do primeiro-ministro, ao ministro Murteira foi dado um prazo-ultimato de um mês e uma semana).

Particular impressão positiva parecem ter deixado o ministro da Agricultura, o secretário de Estado da Indústria e Tecnologia (e o ministro da Indústria, presente quase no termo da reunião), bem como o secretário de Estado da Saúde.

Também foram recebidos os corpos directivos das empresas de televisão e rádio públicas.

Comunicado final

Acidentes e incidentes de percurso criaram em torno da reunião do CR um ambiente de expectativa e de tensão de tal modo intenso que a apresentação do comunicado final foi antecipada para sossegar os espíritos. Aliás, já na quinta-feira saiu um mini-comunicado de meio percurso. A versão inicial do comunicado final (com a tónica no movimento de libertação), foi redigida pelo almirante Rosa Coutinho, e por ele apresentada ao Plenário do CR que a aprovou com

certas alterações. O documento lido no sábado de manhã pelo capitão Vasco Lourenço, representa, como é visível uma síntese das várias posições, que obrigou por vezes a debates apertados, e na qual intervieram com especial frequência alguns dos participantes nomeadamente Melo Antunes.

Entre os assuntos mais discutidos contam-se, por exemplo, os capítulos dedicados à economia e à informação, designadamente o rubrica que trata da diminação cultural (que esteve para ser suprimida).

Outros pontos foram também objecto de ponderação, como a ligação entre o MFA e as massas

populares, que aflora no 1.º capítulo 1.1.5 e é desenvolvida no final do Capítulo IV.

A actividade da Assembleia Constituinte mereceu reflexão, traduzida nos pontos 1.6 e 1.7 do comunicado, e que corol' respondeu à preocupação de apontar para os perigos de a Assembleia se afastar da sua atribuição exclusiva — elaborar a Constituição — para se envolver na interferência sobre actos do Governo (os do Conselho da Revolução).

Neste domínio não teria sido tanto a "questão do período de antes da ordem do dia" a chocar os constituintes, mas a série impressionante de requerimentos enviados ao Governo, e incidindo

sobre matérias que nada terão a ver com a necessidade de esclarecimento para elaboração da futura Constituição. Concretamente, o Conselho teria entendido que o requerimento formulado por um deputado do PS acerca do "caso República" deveria ser respondido duramente (reajustament) pelo primeiro-ministro.

Aliás, tanto quanto se pode saber, a comissão do MFA que acompanha os trabalhos da Assembleia Constituinte tem coligido, e vai distribuir ao MFA a lista dos requerimentos apresentados para recluir a sua natureza (ver depoimento do cor. Pontes de Sousa na pág. 2).

Vasco Lourenço moderador

Na oritinação e moderação dos debates distinguem-se de tal modo o capitão Vasco Lourenço no sábado 21. A tarde, na reunião que se seguiu à leitura do comunicado, os seus colegas do CR (instituição que, sem interna nem externamente é pródiga em louvores) lhe fizeram expressamente um voto de louvor. Vasco Lourenço é, aliás, uma das figuras que tem vindo a emergir nos bastidores do MFA.

Considerado um dos oficiais a quem se deve o facto de o Movimento não se ter dissolvido antes do 25 de Abril — foi mesmo dos promotores desde o início — o capitão Lourenço (que ainda recentemente recusou ser promovido) é, há algum tempo, o moderador do Conselho da Revolução, tarefa complexa, se atendermos às personalidades que integram o Conselho e à grande abertura de espírito e flexibilidade que se quer estabelecer — mas — de que parece desempenhar-se com eficiência e autoridade, muito apreciadas e respeitadas pelos seus camaradas.

E possível, aliás, que Vasco Lourenço, passe a fazer parte do Governo Provisório, como ministro sem pasta ou como vice-primeiro-ministro, com vista a melhorar a ligação CR — GP.

Esta hipótese parece, na verdade, mais viável do que a da nomeação para cargo lótenso do almirante Rosa Coutinho. Este, cuja entrada política ter-se-ia, segundo alguns observadores, largamente traduzido no relatório apresentado ao Plenário do CR, mantém no entanto (beneficiando de diferenças em que não se envolve), a sua posição de força, tendo defendido, durante a longa reunião do CR, a posição dos oficiais e de mais ligados — tanto no sector político (o ministro da Educação, major José Emilio da Silva, o ministro da Comunicação Social, comandante Cornélio Figueira, por exemplo), como no sector operacional — e travado, de certo modo, a subida, que reconomeu, de Melo Antunes

em relação ao qual não se encontra, porém, em posição de confronto ideológico.

Vasco Lourenço e Rosa Coutinho são, aliás dois dos nomes de que fala para um Directorio de cinco membros a criar no Conselho da Revolução. Os outros são os de três honrosos feres do MFA: Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo, cujas posições permanecem intocáveis, para além das vicissitudes reais ou aparentes. O Presidente da República continua a ser a figura respeitada e necessária para assegurar a unidade do MFA, dentro do pluralismo obviamente existente. O Primeiro-Ministro, sem dúvida uma das personalidades mais discutidas da cena política nacional, revela, nos períodos de crise como nos de reflexão, uma pujança que não resulta apenas do seu talento político, mas também dos seus apoios operacionais. Otelo Sarinva de Carvalho, apesar das suas apóloivas e por vezes contraditórias declarações políticas, mantém intacto o seu prestígio e o seu poder de chefe militar por excelência (o que a sua recentíssima nomeação como Comandante do COPCON veio confirmar).

Aos cinco prováveis membros do futuro Directorio do CR haverá que acrescentar o sempre presente e tranqüilo Melo Antunes e o regressado Victor Crespo. O ministro dos Negócios Estrangeiros tem os seus créditos bem firmados no Terceiro Mundo e, em pouco tempo, conseguiu criar contactos positivos na Europa. Por outro lado, depois de um período de paragem, a sua imagem interna está em acção, sendo intermamente assinalar que a militância que se concentrou em frente do Palácio de Belém, no termo da manifestação de segunda-feira passada, criou, a dada altura: "Melo Antunes! Melo Antunes!" E também de frisar que nunca foi hostilizado — pelo partido — não aderentes a essa manifestação.

Quanto ao ex-Alio Comissário português em Moscú, aliás, a expectativa com que foi aguardado o seu regresso não deriva apenas do típico sebastianismo lusitano. Victor Crespo deu provas em

Lourenço Marques de um realismo e de uma capacidade de decisão que são indispensáveis ao êxito da revolução e não tem sido esquecido o modo como fez valer a sua estrada, bem como a de Melo Antunes, Victor Alves e Costa Martins para o Conselho da Revolução, como membros de pleno direito.

É ainda indispensável referir uma relevante incógnita: Carlos Fábilo, O Chefe do Estado Maior do Exército é uma personalidade enigmática e assídua, ostensivamente pouco comprometida e com poder considerável.

Para além destes sete (ou oito) nomes, a reunião mais longa do CR, da qual o almirante Pinheiro de Azevedo, n.º 2 da hierarquia militar esteve ausente por se encontrar nos Estados Unidos, a pretensão de uma reunião da NATO, confirmou ou revelou a perseverança e a coerência pessoal de Vítor Alves, a combatividade de Miguel Judas, a fignidade de Ramiro Correia, a argúcia de Marinho Guerreiro, a implantação de Covacho, Charais e Venâncio Carrascalão.

É de prever agora que das palavras escritas no comunicado se passe à acção. Para tal, haverá certamente conversações com os principais partidos, tendo como objectivo, entre outros, a criação de uma plataforma nos sectores económico e

social, de modo a que, quando estiver esgotado o prazo ultimato concedido a Mário Monteiro e sua equipa, existam já bases de entendimento que permitam um programa comum de acção. Trata-se, portanto, de estender à economia e aos assuntos sociais o pacto que, no capítulo, foi celebrado, antes das eleições, entre o MFA e os principais partidos.

Os partidos foram, aliás, objecto de larga troca de ideias, no decurso da reunião, e o comunicado de 21 de Junho dá nota das gestações que surgiram a seu respeito. Se, por um lado, se reconhece a sua importância e necessidade sobretudo pelo ênfase dado ao pluralismo, por outro lado é bastante evidente o receio de que venham a embaraçar a construção da sociedade socialista sem classes e com a apropriação colectiva de todos os meios de produção. Há ressentimentos relativamente ao PS: há dívidas quanto ao que se passa no PC; há expectativas no que respecta à evolução recente do PPD, Carlosa e de outros partidos, por exemplo, a posição adoptada quanto à Assembleia Constituinte, e que acima desmentiremos.

Independentemente do que suceder no campo das relações entre o MFA e os partidos, o CR e GP, tomazco, em be-

ve, após o regresso de Moçambique de Vasco Gonçalves e Otelo,

medidas acerca de assuntos concretos que não comportam mais adiamento: desde a Rádica Renascença à República, passando pelas medidas de austeridade, pelos gastos políticos, pela imprensa nacionalizada, pelo futuro da publicidade, reorganização da dinamização cultural, etc.

Até lá, para além dos membros do CR presentes na independência de Moçambique, também Rosa Coutinho estará fora (na Alemanha), e Marinho Guerreiro tentará explicar à opinião italiana o que se passa em Portugal.

Só depois, o CR voltará a equacionar problemas de estruturas (como o da eventual criação de um Comando operacional da Armada), ou de postos (como o da conveniência ou não de designar um vice-primeiro ministro e substituir elementos militares do Governo).

Estas medidas, ou algumas delas, a serem comunicadas de 21 de Junho serão, ademais discutidas na próxima Assembleia do MFA, sendo de presumir que a discussão seja longa, embora a experiência revele que a Assembleia tem sempre dado apoio claro ao Conselho da Revolução.

O 2.º Programa do MFA

Solução do compromisso ou primeiro passo de um caminho já escolhido, adiantamento ou antecipação, o plano de acção política de 21 de Junho é um marco importante do Ano 2 da revolução e, historicamente, representa uma tenta-

tiva de síntese entre o Programa do MFA de 26 de Abril de 1974 e a actualização imprimida ao processo depois de 11 de Março de 1975.

Por isso, para além da versão (óbviamente incompleta) dos factos, dos actos e dos homens que publicamos nesta página, apresentamos nas páginas seguintes, artigos de especialidade, de posturas de vários quadrantes, em principio não comprometidas ou

poco comprometidas partidariamente, sobre os diversos capítulos do comunicado de 21 de Junho, autonomizando alguns assuntos, como é o caso da política externa e da publicidade. Nas páginas 4 e 5, inserimos entrevistas, baseadas no comunicado (e não só, como agora se costuma dizer) com membros do Conselho da Revolução e representantes dos partidos políticos.

SARAIVA, José Antonio

Filha, João

FABRÃO, Francisco Sarrafeld

CARVALHO, Luis Nardim de

Expresso

75-06-28

18-19

DOURENÇO, Eduardo

FURNHA, Víctora da

Seis opiniões sobre os cinco capítulos do Plano de Acção Política do Conselho da Revolução

Capítulos 1 e 2

1 — Definição política

1.1 O M. F. A. é o movimento de libertação do Povo Português representado, que define como seu objectivo essencial o da independência nacional.

O M. F. A. reconhece que essa independência nacional passa por um processo de descolonização interna, a qual só se conseguirá através da construção de uma sociedade socialista.

1.2 Por sociedade socialista, como objectivo final a atingir, entende-se uma sociedade sem classes, obtida pela colectivização dos meios de produção eliminando todas as formas de exploração do homem pelo homem e na qual serão dadas a todos os indivíduos iguais oportunidades de educação, trabalho e promoção, sem distinção de nascimento, sexo, credo religioso ou ideologia.

A via de transição da sociedade actual para uma sociedade socialista passa necessariamente por várias fases, das quais a primeira abrangerá o período de transição fixado na Plataforma de Acordo Constitucional, e cujas etapas terão determinadas pela evolução socio-económica e política do povo português.

O M. F. A. define já, entretanto, que esse caminho será feito por via pluralista.

1.3 O pluralismo significa livre expressão e discussão de opiniões, bem como de experiências na construção da nova sociedade, em diálogo aberto e permanente com todo o povo português.

O pluralismo socialista compreende a coexistência, na teoria e na prática, de várias formas e concepções de construção da sociedade socialista.

O M. F. A. repudia, portanto, a implantação do socialismo por forma violenta ou ditatorial.

O pluralismo partidário, tal como consta da Plataforma de Acordo Constitucional, implica o reconhecimento da existência de vários partidos políticos e correntes de opinião, mesmo que não defendam necessariamente opções socialistas. Admite, portanto, uma oposição, cuja crítica poderá ser benéfica e construtiva, desde que a sua acção não se oponha à construção da sociedade socialista, por via democrática.

O M. F. A. terá como natural suporte e apoio os partidos, que pelo seu programa e prática política, demonstrarem um interesse real na adopção e concretização das medidas objectivas, que a via de transição para o socialismo exige, e com eles estabelecerá as necessárias alianças e coligações.

1.4 Os partidos políticos deverão desempenhar para o socialismo, um papel altamente valioso, não só pela sua acção pedagógica de consciencialização e mobilização das massas, mas também como veículos transmissores da expressão popular, ascoltada, sob várias formas, incluindo a via eleitoral.

É necessário, entretanto, que o processo eleitoral, que se desenvolverá durante o período de transição, se integre conscientemente dentro do processo revolucionário, não se admitindo que lhe venham a constituir um obstáculo.

1.5 De acordo com a sua vocação expressa de Movimento de Libertação Nacional, o M. F. A. pretende que todo o povo português participe activamente na sua própria revolução, para o que apoiará decididamente

e estabelecerá ligações, com todas as organizações unitárias de base, cujos objectivos se enquadrem na concretização e defesa do Programa do M. F. A. para a construção da sociedade socialista.

Essas organizações populares constituirão o cerne do sistema experimental de democracia directa, através do qual se julga poder conseguir-se uma participação activa de todo o povo português na administração pública e na vida política nacional, em ligação com os órgãos locais e regionais do poder central.

Terão ainda a vantagem de fomentar, a partir da base, a convergência de esforços dos diversos partidos, pela sua unidade na concretização dos objectivos comuns.

Não serão admitidas porém organizações civis armadas, partidárias ou não, podendo, entretanto, as organizações populares, por iniciativa do próprio M. F. A. e sob o seu controlo e enquadramento, viem a desempenhar, em caso de emergência nacional, tarefas de autodefesa de objectivos vitais.

Dentro das Forças Armadas, não serão permitidas quaisquer organizações de carácter político-militar, partidárias ou não, estranhas ao M. F. A., devendo progressivamente todos os militares serem integrados no seu próprio movimento.

1.6 O M. F. A. reafirma a sua determinação em cumprir e fazer cumprir, integralmente, os termos da plataforma de acordo constitucional, livremente estabelecida com partidos políticos portugueses, afirmando

solemnemente que denunciará e procederá contra todas as atitudes que tendam ou viselmente, temem pôr em causa o pacto assinado.

1.7 De acordo com os princípios fixados, o M. F. A. considerará sempre prioritariamente a participação do povo português na Assembleia Constituinte e no Parlamento Nacional, bem como a elaboração da Constituição Política da Nação Portuguesa, sendo-lhe vedado qualquer outro tipo de interferência oficial na vida política ou administrativa nacional.

1.8 No plano externo, o M. F. A. prosseguirá uma política de independência nacional e de contribuição para a paz e cooperação entre os povos.

Dentro destes parâmetros serão respeitadas as alianças e os compromissos já estabelecidos, nomeadamente a participação de Portugal na Organização das Nações Unidas e no Tratado de Viena para a manutenção da Paz e da Cooperação entre os Estados.

No campo político, Portugal seguirá uma estratégia de aliança com todos os países do Mundo, sem interferir nos respectivos assuntos internos nem admitir ingerências nos seus próprios, sentindo vocação histórica de ligação entre os povos europeus e os dos países do Terceiro Mundo, e em especial com os povos irmãos, de expressão portuguesa.

No campo económico, a política externa nacional orientar-se-á para uma diversificação progressiva das suas relações comerciais, não só com qualquer povo ou bloco, que, por via das relações económicas, possa impor ao povo português qualquer forma de dominação.

2—Exercício de autoridade

2.1 Da análise da actual situação política e da sua evolução previsível resulta a necessidade de um reforço e firmeza da autoridade revolucionária do M. F. A., base indispensável para um poder de Estado, que permita o desenvolvimento normal e pacífico de via de transição para o socialismo.

De facto existem ameaças de actividades contra-revolucionárias fomentadas do exterior do País e suportadas no interior por agentes do capitalismo e colonialismo nacionais, em vias de destruição que, a não serem firmes e exemplarmente reprimidas, representariam um grave perigo de perturbação da ordem pública e segurança de pessoas e bens, podendo criar um clima propício ao retorno de um regime de direitas fascizante.

Por outro lado, certas manifestações de esquerdismo pseudo-revolucionário, ainda que por vezes bem intencionado, tendem a criar situações anarquizantes, profundamente perturbadoras dum processo revolucionário coerente, resultando objectivamente um reforço ao jogo declarado daqueles que dizem ou pretendem combater.

Conclui-se assim que só o exercício de uma autoridade firme, embora não essencialmente repressiva, poderá garantir o sucesso da revolução em que o M. F. A. e o povo português se encontram empenhados.

2.2 Desta forma afirma-se a determinação de fazer cumprir firmemente as leis que se enquadrem nos objectivos da Revolução Portuguesa, até que o processo histórico demonstre a sua inadequação as circunstâncias concretas da sociedade.

Para o efeito, desse exercício firme de autoridade, além da legislação revolucionária já promulgada, serão publicadas novas leis destinadas a conseguir os objectivos fixados.

2.3 A necessidade de reprimir com a necessária dureza a possível acção de grupos ou organizações clandestinas armadas, obriga a promulgar uma lei especial que se concentre na preparação e que permitirá punir os participantes em tais organizações contra-revolucionárias com penas pesadas.

2.4 Saber o combate ao esquerdismo, considera-se que deverá ser travado essencialmente no campo ideológico, procurando recuperar os seus elementos bem intencionados para os objectivos e tarefas da revolução.

Será, porém, exercida repressão de várias formas, incluindo a acção armada, se necessário, contra os grupos ou organizações que pela sua acção e prática perturbem sistematicamente a ordem pública e desrespeitem as regras fixadas para a construção do socialismo por via pluralista.

2.5 Reconhecendo-se que um dos campos em que as manifestações de esquerdismo incontrolado, mais tem perturbado a vida pública, é a da educação e ensino, o M. F. A. realinha a sua determinação ao respectivo ministério no restabelecimento de um ambiente normal educativo em que, dentro de regras democráticas de gestão, os estudantes cumpram o seu dever para com a sociedade, preparando-se para as funções de trabalhadores do futuro.

Não esquecendo que é bastante desejável que no meio intelectual uma forte consciencialização revolucionária, os trabalhadores tenham entre os quais os estudantes se incluam, têm por obrigação não deixar a sua actividade política prejudique de tal forma o seu trabalho que os transforme potencialmente em parasitas da sociedade.

Uma plataforma de compromisso

José António Saraiva

1. **SOCIALISMO**, hoje, é uma palavra obrigatória. Desde a extrema-esquerda estalinista-maoísta ao CDS não há ninguém que se atreva a não falar de "socialismo". O Conselho da Revolução começa também o seu texto esclarecendo o que entende por socialismo. Isto é: esclarecendo os fins que se propõe.

2. Definido aquilo que pretende construir, o CR procura definir os meios através dos quais, pensa, o fará. E aqui uma coisa salta desde logo a vista: os fins que o CR se propõe atingir são, no seu enunciado, muito mais claros que os meios (o conjunto de medidas) a aplicar. O que não custa a entender: imaginar o paraíso é mais fácil que descobrir a forma prática de o atingir.

3. Não existe no mundo, ao que sei, nenhuma sociedade que possa dizer-se socialista. Não existe no mundo, sequer, nenhuma sociedade que pareça "tumar ao socialismo" — a curto ou médio prazo. A palavra socialismo surge assim, em Portugal agora, sobretudo como um estímulo emocional, como *flânet*, com um significado encantatório. Nenhuma revolução no mundo, depois de Marx, se produziu como Marx a pensava ou conduziu a qualquer coisa de semelhante ao

socialismo como Marx o entendia. O que torna a questão ainda mais difícil — e faz pensar que o termo "socialismo" é usado hoje também como forma (igual a qualquer outra) de promoção política (o paraíso ao seu alcance...), como cobertura ideológica para a substituição simples duma minoria por outra no aparelho do poder. Não me refiro, por razões, óbvias, ao uso que da palavra faz o CR.

4. Posto o problema assim — e pensando que não existem objectivamente e neste momento em Portugal condições para uma revolução da "imensa maioria" — creio que a questão a pôr é se os meios ora preconizados pelo poder constituído — o CR — irão facilitar, ou não, a instrumentalização do poder por um grupo. E para o verificar só vejo um critério: tudo o que neste momento seja centralizar é facilitar a tarefa ao grupo que virtualmente detenha a maioria no aparelho do Estado; inversamente, tudo o que seja descentralizar é dificultar qualquer tentativa de instrumentalização do poder.

5. Nesta perspectiva, e no que se refere aos p.tos 1 e 2 (em análise do Plano de Acção Política do M.F.A., penso serem positivas as afirmações que apontam para o pluralismo (ou seja, para o não

monopólio da opinião e portanto da verdade), para a não subalternização dos partidos por via administrativa porque os partidos são, neste momento, as únicas estruturas organizadas de oposição possível ao Poder e portanto de descentralização política), para a articulação do M.F.A. "com todas as organizações unitárias de base" no sentido da constituição de um "embrião de um sistema experimental de democracia directa (única forma de "ultrapassagem" dos partidos e de colocação em causa das "eleições burguesas"), O poder popular, autêntico e não mistificado ou supostamente "representado" por asuproprietárias "vanguardas", é o único que se pode reclamar duma "legalidade revolucionária" (que não significa, como às vezes se pretende fazer crer, o arbitrio puro e simples do grupo que controla o poder).

6. Pelo que atrás fica dito, se vê pensar eu ser o movimento social e a transformação do modo de produção que acabará por por em causa (e nesta altura de forma insulável e irreversível) o poder da "burguesia" — e não uma revolução política. Tal como a lagarta, como a maciagem novo tecido de teia: o "alente", então, em "crer", em "relações de tipo comunitário" — acabará por comer, por den, a

sociedade burguesa. É este o processo que interessa incentivar — por todas as formas. Uma revolução política, em Portugal hoje, só poderá coadunar a um capitalismo de Estado — que como decorrência lógica do que atrás ficou dito julgamos muito mais conservador (pois que menos dinâmico) que qualquer forma de capitalismo liberal. Penso entretanto que em face da actual situação político-económico-social do país e da actual estadia de desenvolvimento dos meios de produção o capitalismo de Estado é inevitável. O que não quer dizer que se não luta contra a sua implantação e tendência invasora.

7. Assim ou assado, o documento do CR é antes de tudo uma afirmação de princípios. Que serão aplicados ou não consoante a evolução da situação. Porque as intenções são sempre ultrapassadas no exercício da prática. Frente as sucessivas situações concretas o CR terá que fazer opções — que, essas sim, definirão progressivamente a sua política. O documento ora produzido parece-me possuir neste contexto de importância menor — embora evidentemente tenha implicações na medida mesmo em que é um acto de exercício do poder e por isso produz consequências.

8. O Plano de Acção Política do MFA parece-me claramente uma plataforma de compromisso: que como tal resolve contradições momentâneas por forma mais superficial que profunda. O MFA, porque não é um corpo isolado mas antes faz parte da sociedade em que está, é o reflexo, dentro de certos limites, das contradições do tecido social — pelo que não pode ser lido como um todo homogêneo. O presente Plano será então o retrato instantâneo como todos os retratos) do MFA no presente momento, que como tal permite fazer uma ideia do peso actual dos diferentes grupos. Da força relativa das diferentes posições em confronto. Acontece entretanto que as declarações isoladas de vários dos seus membros levam a supor que não se suscita ainda de forma nenhuma um ponto de equilíbrio — e que portanto a correlação de forças que aquele documento sugere pode ser modificada a curto prazo.

9. Do que atrás se escreveu não se infira que defendo acerrimamente a democracia burguesa. Nada disso. O que penso é que a centralização do poder agora aqui só conduzirá ao reforço do capitalismo — e não ao seu contrário: que existem partidos ou grupos neste momento bem melhor

armados para a conquista do poder que a "mença maior" ou o proletariado como classe — e que por isso a centralização do poder só poderá de momento facilitar a sua instrumentalização por esses partidos ou grupos. Que a descentralização é neste momento a única forma de contrariar uma solução autoritária, a qual poria imediatamente em causa o avanço do movimento social em Portugal. Em resumo: penso que na actual situação a descentralização é sempre vantajosa, mesmo nos casos em que se realize através de grupos, ou partidos, que nada têm que ver como o movimento social tal como ele aqui se entende.

10. Deste alinhado, que começa a sair-se logo, penso poder concluir-se que não sou leninista: só acrescentaria — mas isso não conta para outra vez — que neste momento estou profundamente convencido que o leninismo conduza a uma prática social e política efectivamente anti-marxista. A uma política de facto conservadora. Supõe-se evidentemente que este processo possa conduzir a uma prática libertadora. Caso contrário: caso venha a estabelecer-se alguma forma de controle, de coacção da capacidade criativa das populações, torchar-se-á extremamente nocivo.

O segundo fôlego da social-democracia

João Cília

A ACTUAL tomada de posição do Conselho da Revolução surge num momento de crise generalizada da dominação burguesa bem expressa nas movimentações operárias que culminaram na manifestação dos Conselhos Revolucionários, nas lutas no seio do aparelho de Estado de que são reflexo a Rádio Renascença e a República, a nível de aparelhos ideológicos, e a «associação» do Copcon ao nível das instâncias repressivas do actual aparelho de Estado.

As lutas dos CTT e TLP pondo em causa a direcção do movimento operário e articulando-se com a movimentação gerada pelos Conselhos Revolucionários, irá finalmente colocar pela primeira vez de modo nítido depois de 7 de Fevereiro (manifestação contra o desemprego) e desta vez ampliada pela situação concreta em que se inscrevem, a questão da ultrapassagem dos partidos da esquerda tradicional como elementos desse mesmo aparelho de Estado burguês, provando efectivamente que será na luta, na articulação do poder operário e popular com sectores do actual MFA que se poderá

eventualmente cimentar e unificar a vanguarda de classe.

Para além de alguns erros teóricos, dos quais avulta, não só a identificação de socialismo com sociedade sem classes, e de insuficiências de definição — define-se socialismo apenas ao nível da instância jurídica: apropriação colectiva dos meios de produção — o actual texto, constituindo no seu conjunto uma «profissão de fé» que só aparentemente se afasta da social-democracia (veja-se a reacção PS/PPD) mostra-se totalmente desengadrado do estado actual da luta de classes, e da correlação de forças entre burguesia e proletariado. O tempo se encarregará de o provar e de lhe dar provavelmente o mesmo destino do célebre Plano Económico nação-morto.

Não deixa de ser curioso que, após o Presidente da República ter afirmado na sessão de abertura da A.C. que caberia aos legisladores ter uma visão ampla que não tornasse as leis inadequadas ao fim de pouco tempo, seja o próprio C.R. a demonstrar uma total miopia política, e a negar-se a reconhecer que a

manutenção das actuais estruturas de poder o tornam progressivamente mais desajustado da realidade.

A não ser que se trate efectivamente de uma capitulação perante o cerco imperialista e os empestismos externos destinados a «ajudar» a manutenção da «democracia» e do «pluralismo» em Portugal, sem no entanto chegar às últimas consequências.

Quando se faz depender esses empestismos, da forma assumida pelas instituições políticas, é na realidade todo o sistema de relações de produção e troca que está em causa, como factor determinante, e inseparável das formas superestruturais que assume.

É efectivamente o documento do C.R. um texto de direita e por vários motivos:

1. Porque representa a negação total da luta de classes como elemento motor da História, fazendo depender a construção do socialismo e as formas institucionais que assume, de um esquema apriorístico elaborado por uma elite político-militar hegemonicamente pequeno-burguesa.

«É pois necessário partir da luta de classes para compreender a divisão em classes, para compreender a natureza e a existência de classes. É necessário pois colocar a luta de classes em primeiro lugar» — (L. Althusser in «Resposta a John Lewis»).

Como compreender a existência de uma oposição a um objectivo final, que a ele não se oponha?

«Admite portanto uma oposição... desde que a sua acção não se oponha à construção do socialismo por via democrática» (do texto do C.R.).

Isto não significa, evidentemente, a negação da existência, legal ou não, de uma oposição mas apenas a expressão de uma contradição real.

«Na sua luta pelo poder, o proletariado com a classe operária na vanguarda, organizando-se à de acordo com as condições actuais da sua luta institucionalizando o seu poder da forma necessária à sua manutenção como classe dominante».

2. Porque nega a ditadura do proletariado como categoria jurídico-política que define ao nível da superestrutura a fase de transição.

De facto, e por muito que isto custe ao C.R., não existe socialismo sem ditadura do proletariado, encarando-se esta como a institucionalização do poder de uma classe (o proletariado) a todos os níveis.

Resulta evidente que a ditadura do proletariado não se decreta nem se nega: — assume-se o proletariado a partir de um processo de avanços generalizados e saltos qualitativos, não se inserindo a tomada do poder de Estado.

3. Porque escamoteia a natureza de classe do actual poder de Estado, logo a necessidade da tomada do poder e sua institucionalização, o que nunca será feito por via democráticas, que não significa mais do que a sujeição do proletariado a leis e instituições que lhe são estranhas, e destinadas a assegurar o poder de uma classe que lhe é antagónica. Isto implica e resulta, da não consideração pelo C.R. do carácter de classe do Estado e das instituições.

4. Porque nega a fusão do MFA com o movimento de massas, (e não a simples aliança) em ordem à criação de um exército popular — o que não é exactamente o mesmo que milícias armadas — que não tenha portanto, dado o seu carácter elitista, hierarquizado e profissionalizado e a sua acção como aparelho repressivo do Estado, a função de instância reprodutora das relações de produção.

5. Porque não determina a extinção gradual do Estado burguês (antes o seu reforço e aper-

feiçoamento) e das suas instituições, (o que é reflexo do afirmado no ponto 3) tentando-me integrá-lo, ou, em última análise, exercer sobre ele um controlo, através dos órgãos de poder popular, apreiciados como «dentro do espírito do MFA», o que nega «ab initio» a sua autonomia organizativa e de acção, ou pelo menos a limita.

6. Porque além de afirmar que a contradição principal é entre capitalismo e socialismo (este definido de forma errada e insuficiente) e não entre as classes — burguesia e proletariado — que as determinam, faz coincidir com o «esquerdismo» (que não define) uma contradição importante, a ele se referindo em tom paternalista.

A afirmação de que «será portem exercida repressão de várias formas, incluindo a acção armada, contra grupos e organizações que pela sua acção e prática, perturbem sistematicamente e desrespeitem as regras fixadas (por quem?) para a construção do socialismo por via pluralista» — o que implica em princípio a repressão sobre todos os grupos, pelo menos à esquerda do PCP, põe imediatamente duas questões importantes:

a) É este partido o «límite» a «pedra angular» do esquerdismo?

b) Como se enquadram estas afirmações no «combate ideológico ao esquerdismo»?

7. Porque ignora que a actual crise económica é acima de tudo uma crise política, uma crise de dominação de classe com reflexos visíveis a vários níveis, entre os quais o económico.

Tentar resolver essa crise sem atacar realmente a sua origem — as actuais estruturas do poder e da dominação burguesa — é uma posição empírica e que portanto deixa de lado o essencial: — a natureza da classe no poder e, as suas instituições.

Efectivamente a instabilidade existente em diversas áreas do «económico» — balança de pagamentos, produto nacional, organização da produção, etc. — são reflexo da actual instabilidade do poder e a sua resolução está intimamente ligada à questão da natureza de classe desse mesmo poder.

8. Porque o C.R. ao reconhecer que os partidos da actual coligação representam a grande maioria do povo português está objectivamente a pôr uma questão importante:

— Será que acredita que o povo de Viseu e da Guarda está representado pelos senhores deputados Galvão de Melo e Miller Guerra?

— Acredita que o sr. Soares é a classe operária e o sr. Guerreiro representa o campesinato pobre?

— Ignora que a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante?... E que o povo vota, obviamente, nessa mesma ideologia?

O MFA e os seus sectores de vanguarda têm efectivamente que escolher:

— Ou fazer a revolução com três milhões de votos, ou faz-la com os sectores de vanguarda do proletariado e estendê-la depois a todo o povo.

Somente que no primeiro caso não fará a revolução como a não teriam feito Lenine, Fidel, Mao, Cabral ou Machel. Ou não é o MFA e não o foi a 25 de Abril, a «vanguarda» das forças armadas, procurando hoje estender-se a todas elas?

9. Porque nunca se construiu o socialismo com o imperialismo e os seus representantes (PS/PPD).

Ao dizer a estas organizações, depois de elas terem feito o impossível para parar o avanço da luta popular, «portem-se bem ou saem da coligação» o C.R. lembra terrivelmente o Châle de Allende que negociava com a Democracia Cristã enquanto esta preparava calmamente o golpe (infelizmente as semelhanças não ficam por aqui).

10. Porque a pequena burguesia não tem a longo prazo qualquer perspectiva na condução do processo histórico e, ou se alia ao proletariado na construção do socialismo, ou será «cabo de ordena» da grande burguesia industrial e financeira.

11. Porque, por tudo aquilo que aqui se afirma, o conteúdo do actual documento não tem qualquer fundamento científico e, ignorando o materialismo histórico nega obviamente o socialismo, colocando-se na categoria dos utópicos pré-marxistas ou dos revisionistas de que o PPD se reclama.

Conclusões:

Não basta pois o C.R. dizer que se pretende caminhar para o socialismo, se isso se limita a uma simples afirmação de objectivo final que nada tem que ver, e é aliás contraditório, com as linhas de rumo enunciadas para a sua efectivação. Se é na prática que se define o lado da barricada ocupado por cada elemento, experimente o actual texto não passe daquilo que efectivamente é (um mero enunciado de princípios desajustados da realidade actual) e que o MFA siga cada vez mais o exemplo dos seus sectores de vanguarda inserindo-se ao lado dos explorados e oprimidos na luta pela criação e unificação de vanguarda de classes, pela conquista do poder e pela construção do socialismo e do comunismo, o que implica a correlação de forças necessária à reconversão das actuais estruturas do poder.

Política externa: nada de novo

Victor da Cunha

SEM UMA política interna definida a política externa é como o gato de Mallarmé: finge que é. Dai que a apresentação dum projecto político nacional seja condição imprescindível à execução da sua (nossa) política externa. Mas como é preciso o que é preciso cumpre avaliar as linhas da política externa apresentadas no recente documento do «órgão máximo revolucionário».

O documento dos conselheiros da Revolução não acrescenta nada ao programa do MFA divulgado logo após o 25 de Abril de 1974. Garante-se, em resumo, a disposição para uma política externa alicerçada no ecumenismo — abertura a todos os países do mundo no campo político e à diversificação progressiva das relações no campo económico.

É o que todos nós desejamos muito embora uma leitura céptica das disposições revolucionárias leve a concluir que, estando Portugal aberto ao Ocidente, a abertura de que se fala depois do 25 de Abril, é, na prática, a Leste.

Quanto à NATO o conhecimento da posição periférica portuguesa e, sobretudo, da precariedade operacional em que é aplicado o Tratado levaria a não atribuir especial valor à nossa permanência nessa organização. O sr. Kissinger, aliás, já deixou transparecer que, consoante as coisas, talvez prefira ver-nos fora da NATO, de forma que o nosso apego à organização não constitua penhor relevante. Os cépticos chegam mesmo a desconfiar deste nosso fervor por uma aliança que mete água por todo o lado e que, segundo tudo indica, estará marginalizada na próxima conferência de segurança europeia.

Diz-se no documento que a nossa política não pretende interferir nos assuntos internos doutros Estados nem admite ingerências nos assuntos próprios mas não se explica como entendemos o princípio da igualdade jurídica entre os Estados o que faz permanecer a conceituação abstracta.

Longe vão os tempos da soldado exercida pela carga dos infantis na batalha de Valmy e do «Vive la Nation» que marcou a Europa mas não sentiu mais que o MFA nos dissesse, um dia destes, o que entende dever ser a nação em relação ao Estado porque sem isso será difícil executar uma política externa.

Nada também nos é assegurado quanto aos direitos marítimos. Será esta negligência com respeito ao mar fruto de interesses alheios ou da ignorância? Mistério tanto mais importante quanto os oceanos serão as colónias dos futuros imperialismos como bem sabem as superpotências e mesmo os Estados nacionais sobreviventes, como o Japão cujos novos samurais estão surgindo da sua Escola Naval.

Falam os conselheiros da Revolução na vocação histórica para elo de ligação entre os povos europeus e os povos dos países do Terceiro Mundo deixando a cada um o direito de interpretar se esses povos podem ser representados pelos respectivos Estados ou não. Fica assim por definir o que entendemos por Europa e o que entendemos por Terceiro Mundo, o que significa continuarmos a trilhar uma senda oportuna mas perigosa. Sem uma definição clara em relação à Europa e a compreensão exacta das contradições do Terceiro Mundo não se conseguirá ir longe. Isto é óbvio.

Não há no documento dos conselheiros da Revolução uma só palavra quanto à nossa vocação atlântica (fora do obsoleto esquema da NATO) e consequentemente nenhuma referência ao Brasil — prodigioso «hinterland» menosprezado por uma pequena burguesia que, concluda a canhesta aventura africana com reflexos freudianos, procura o seu lugar através de compensações de reduzido alcance e reconhecida «facilidade».

É, assim, este documento ambíguo e defensivo na sua política externa. Não nos indica os

mecanismos capazes de subtrair à instabilidade e à «desestabilização» a que pode ser dada toda a Península. Aliás, nem uma palavra sobre esta península de cuja temática as superpotências com convicções que se doravante, merecem reflexão.

Diriamos que por definição a nossa política dependerá, ainda, nos próximos tempos, dos homens que rem e do pragmatismo, o sionismo de coragem e animar. Depois do amecuménico e neste reino é bola e forja (o napoleónico «on l'engage») ou voite é um eufemismo nos podemos queixar de louro e dos homens que como demonstram os com Moçambique e as singulares negociações com a Ásia. Aliás o MNE — isto por frustrações pseudo-nacionais e interesses — e dos poucos instrumentos activos do Estado.

No entanto, apesar da «raridade» (rara) da conduta do órgão do Estado, e se pudermos algo de semelhança Instituto de Economia e Relações Internacionais como em Moscovo, a nossa política exigiria, com urgência, bem estruturado Gabinete de Estudos e Planeamento criado, aliás, no papel de mil peripécias, mesmo.

Nela se colheriam as lições indispensáveis e necessários a nossa política. Por exemplo: quem está neste país, com excepção do PCP, a textos fundamentados do presidente do Instituto moscovita, o aad Inozemtzev, os quais desmontam os rumos do movimento internacional? Quem é responsável pela descolonização de Timor e Macau, terá as verdades integrais do renúnciaimento de Teng Tse-ping, vice-primeiro Ministro da China, no seu encontro com o «premier» australiano? Se o Estado dispunha de elementos e saberes, estes são recolhidos e se-

orientação a grupos políticos o perigo de serem criados dentro do Estado. E isto que parte, em qualquer drama, o cancro da «desestabilização» e como é o caso, não são sujeitos a ditadura e expressa por meios não.

Em síntese, diríamos que a nossa política externa, para livrar do assalto do imperialismo que campeia sobre o país com os seus crimes e a sua ignorância, tem começado a livrar-se dos rendas abúlicos do Regime, não poderá trazer o desejado ecumenismo necessário pragmatismo e instrumentos de defesa da nacional.

Há, neste instante, um mundo que se tornou «lounge» da ONU, com oito Estados, mais do que criados depois de 1945, número espantoso para a integração a que chegaram centros de poder locais e quando aumentaram as periferias. É nesse mundo que se afunda o maneio político externa de Portugal e é nele que avulta o ultramarino de Moçambique, reduzido às suas condições continentais dependentes por parte, da segurança de se mover nesse contexto certa maneira, nesta procura de rumo, a política embora dependente do objecto político interno, influenciando os nossos de realizada a partir de uma estratégia claramente definida documento dos conselhos. Revolução não a excepção que, repete-se, pode ser mas é perigoso, pois a «lenda», marcada nestes Estados mediterrânicos, é a força com que uns e outros não soberanos à instabilidade provocada interferências de agências imperialistas através da política externa representando o centro de poder nacional.

Capítulo 3

— Política económica-financieira

- 3.1 A situação económica actual do País caracteriza-se pelos seguintes pontos críticos fundamentais:
 - 3.1.1 Desequilíbrio, muito acentuado, da balança de pagamentos, previsto, para o final do corrente ano, um «déficio» muito superior ao verificado em 1974, que foi da ordem dos 17 milhões de contos;
 - 3.1.2 Desemprego bastante elevado, atingindo cerca de 250 000 desempregados, correspondente a oito por cento da população activa;
 - 3.1.3 Produção interna decrescente pondo em perigo a independência nacional, prevendo-se para o final do corrente ano, caso não sejam modificadas as actuais condições de produção, um decréscimo do P. N. B. (produto bruto interno), em relação a 1974, da ordem dos seis por cento.
- 3.2 É forçoso portanto, que todo o Plano Português tenha ideia bem clara da situação económica e financeira do País, que se pode traduzir nos seguintes factos:
 - 3.2.1 As importações — em grande parte de bens alimentares — são superiores às exportações, excedendo-as, possivelmente, em cerca de mil milhões de contos, no final do corrente ano. Este valor, é, em grande medida, devido aos preços elevados dos produtos alimentares e do petróleo, devido ao seu origem;
 - 3.2.2 Este «déficio» é atenuado pelas dividas estrangeiras que entram em Portugal, devido às remessas dos emigrantes e às receitas do turismo, conforme é conhecido, atravessando presentemente uma forte crise;
 - 3.2.3 Prevê-se que no final deste ano, o País tenha um «déficio» na balança de pagamentos da ordem dos 20 milhões de contos, que terão de ser cobertos pelas reservas em dividas do Banco de Portugal, ficando estas assim quase esgotadas (à excepção das reservas em ouro).
 - 3.2.4 A situação financeira descrita inscreve-se num quadro económico que a riqueza produzida no País, caso não se modifique a actual situação, irá diminuir, no presente ano em cerca de seis por cento relativamente ao ano passado mesmo considerando o aumento referente ao sector agrícola.
 - 3.2.5 O panorama que se descreve é muito grave, mas não assustador, pois corresponde efectivamente, a uma fase sócio-política de eliminação dos efeitos do capitalismo monopolista e latifundiário que caracteriza o nosso País, ainda à crise do capitalismo internacional. No entanto, para que este processo irremediável, forçoso é que o povo português tome, decididamente a sua carga a construção do novo sistema económico socialista, e que os trabalhadores decidam, conscientemente, optar entre o socialismo com os sacrifícios relativos e temporários que exige a sua construção, ou o capitalismo, com toda a exploração e opressão que lhes são inerentes.
 - 3.2.6 De facto, se a destruição do capitalismo exige a liquidação do explorador da grande burguesia monopolista latifundiária e financeira, a revolução do socialismo exige trabalho, sacrifício e consciência política por parte dos trabalhadores visados a sociedade futura sem classes e exploração, mas não podendo significar a curto prazo que sejam resolvidas todas as questões criadas do anterior regime e que, de repente, se possa pagar o salário a cada trabalhador português correspondente às suas justas necessidades e reais necessidades.
 - 3.2.7 Nestas condições, a política de verdade que desde sempre o povo português quer, é a seguinte:
 - 3.2.7.1 Apresentar ao povo português uma imperiosa a adopção de algumas medidas realistas, se o povo trabalhador quiser, de facto, construir o socialismo;
 - 3.2.7.2 Contenção dos aumentos salariais incompatíveis, salvaguardando o custo de vida e a eliminação de algumas situações mais injustas;
 - 3.2.7.3 Diminuição do volume das importações, incidindo, em especial, nos produtos mais supérfluos, ou que possam ser produzidos no nosso País;
 - 3.2.7.4 Política de austeridade nos consumos;
 - 3.2.7.5 Aumento da produção interna, sobretudo dos produtos — como, por exemplo, de bens alimentares — que possam substituir os que importamos, e possam aumentar o valor das nossas exportações.
 - 3.3 Face à situação económica descrita, que se pode considerar muito grave, torna-se urgente adoptar:
 - 3.3.1 Medidas imediatas pontuais;
 - 3.3.2 Estratégia de desenvolvimento económico, definida em função dos pontos críticos: balança de pagamentos, desemprego e independência nacional;
 - 3.3.3 Configuração futura do sistema político-económico, incluído a definição dos seguintes pontos: controlo organizado da produção pelos produtores; mobilização local para o desenvolvimento; organização do sistema de planeamento; e substituição qualitativa da economia em transição do Estado e sector privado;
 - 3.3.4 Política de cooperação económica externa.
 - 3.4 Os dois temas fundamentais: estratégia do desenvolvimento económico e configuração do sistema económico serão urgentemente discutidos na próxima reunião do Conselho de Estado, sob a presidência do primeiro-ministro, e representantes dos partidos da coligação, em ligação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Económico, devendo ser tomadas as decisões correspondentes até ao final do mês de Junho, possibilitando a elaboração de um Plano de Transição 1975-77-78.
 - 3.5 Discutido o conteúdo e as medidas pontuais imediatas representadas neste texto profundo de viabilidade política da actual coligação, e da sua capacidade de marcha unitária para os objectivos reais do socialismo.

Uma questão política

Francisco Sarsfield Cabral

ESTÁO fundamental a pôr nos parágrafos que o Plano de Acção Política do M. F. A. dedica à economia esta ideia que posto este documento contribuir para que, finalmente, surja uma política económica defendida sem ambiguidades, por isso mesmo, capaz de

uma produção que deverá cair, segundo o próprio comando do Conselho da Revolução, cerca de 5 por cento no ano que se lido apesar dos dados registados na agricultura com 250 mil desempregados e tendência para aumentar — e um desequilíbrio das contas externas que ameaça estagnar as reservas de divisas até ao fim do ano. É menos que se pode dizer à economia portuguesa precisa de um tratamento de choque. Se o tratamento não surgir a curto prazo até ades 25 de Abril...

Documento do Conselho da Revolução — honra lhe seja — não dá a gravidade da situação económica e aponta a necessidade de tomar medidas que implicarão custos e que, por isso, serão de grande dúvida. Mas o importante não está aí.

porque as pessoas, para mobilizadas para os esforços exigidos, precisam de saber para que e em nome de quem se sacrificam, não se pode avançar sem uma crítica muito precisa das regras do jogo económico. Depois de uma fase de ruptura das velhas estruturas económicas do passado, há que se dar a uma frase de construção para isso é necessário ter uma orientação concreta, um plano de transição para o futuro que ultrapasse as fórmulas e as meras palavras de ordem que (como se tem visto) mudam cada vez menos as

o Conselho da Revolução parece bastante disto. Só que, não tendo definido imediatamente os princípios da política económica, afirmou que essa tarefa fundamental seja levada a cabo, até ao dia 1.º de Julho, pelos ministros sem a ajuda da equipa económico-social do IV Governo Provisório. E considerou, mesmo, que o sucesso ou fracasso desta tarefa dependa da capacidade de decisão e, portanto, de sobrevivência da coligação governamental.

Como se reconhece claramente o problema da orientação da política é um problema político de primeira grandeza. Terá havido discussões técnicas e administrativas que contribuíram para

que, mais de um ano após o 25 de Abril, a política económica ainda não tenha encontrado um rumo assente, vagando ao sabor de medidas de ocasião nem sempre coordenadas (o atraso no lançamento de um programa significativo de construção de habitações pode, porventura, ser disso um exemplo). Mas é evidente que tem sido essencialmente a indefinição política que vem impedindo uma acção decidida no campo económico.

Por isso a resposta à questão inicial — até que ponto o documento publicado há oito dias irá suscitar uma verdadeira política económica — não se encontra, nem poderia encontrar-se, nas passagens que este texto dedica à economia. É uma questão a ser resolvida pelas instâncias do poder político — pelos partidos e pelo Governo Provisório, certamente, mas também pelo próprio M. F. A.

Repare-se que estão em jogo pontos fundamentais, como sejam, por exemplo, a regulamentação das modalidades do controlo operário sobre a produção, a definição de fronteiras entre os campos reservados, nesta fase de transição, ao sector estatal e ao sector privado, a orientação das relações económicas externas, etc. É indispensável clarificar, quanto antes, qual a política a seguir nestes domínios, sob pena de não se travarem as inquietantes tendências para a desagração económica.

Se a capacidade dos partidos para trabalharem em conjunto e chegarem a uma plataforma comum é muito importante para que se chegue a resultados positivos, não menos decisiva será a maior ou menor capacidade do M. F. A. para oferecer uma direcção política firme. Também para ele a economia será um teste. Daí que o capítulo sobre o exercício da autoridade do "Plano" do Conselho da Revolução seja de importância decisiva para o futuro da economia deste país.

Ai se li, de resto: "Resalta a necessidade de um reforço e firmeza da autoridade revolucionária do M. F. A., base indispensável para um poder do Estado que permita o desenvolvimento normal e pacífico da via de transição para o socialismo". Isto foi escrito a pensar sobretudo em ameaças políticas externas e internas à revolução. Mas aplica-se igualmente ao problema económico — ele próprio uma questão política básica para o futuro da revolução.

4 — Governo e administração

4.1 Governo Provisório: o Governo Provisório deverá funcionar nas circunstâncias actuais, como Governo unitário, respondendo rápida e eficientemente aos objectivos nacionais e patrióticos de construção do socialismo, encerramento de deféitos.

Considera o M. F. A. que a grave situação económico-financeira do País exige do actual Governo de coligação a separação de naturais divergências e a conquista de uma solução comum para o problema do desenvolvimento económico.

Considera o M. F. A. que o povo português, representado na sua esmagadora maioria, pelos partidos políticos que compõem a actual coligação, tem o direito de exigir a esses partidos que correspondam ao seu dever histórico, sob pena de se considerar inadequada a presente coligação, em função das necessidades objectivas do País.

Desta forma, o M. F. A. considera que a discussão da estratégia de desenvolvimento económico e do modelo económico da sociedade, a iniciar imediatamente pelo Governo Provisório e que deverá estar concluída no final de Julho próximo, representará uma teste extremamente importante que o povo português tem o direito de ver resolvido.

4.2 Inércia da máquina do Estado — A actual máquina do Estado, extremamente pesada e burocrática, é estritamente inadequada à dinâmica do presente processo revolucionário, respondendo lenta e dificilmente às solicitações que lhe são feitas. Para responder a este problema, considera o M. F. A. como essencial:

- a) A descentralização administrativa;
- b) Constituição gradual de um novo aparelho de Estado, não partidário, organizado em moldes dinâmicos em torno de objectivos postuais fundamentais, e dotado com o pessoal que se mostre suficientemente identificado com as exigências do dinamismo revolucionário. Paralelamente serão lançados os trabalhos para uma reforma administrativa em profundidade;
- c) Uma política correcta de reclutificação e recuperação para o trabalho dos funcionários de Estado, utilizando o saneamento nos casos nitidamente irrecuperáveis;
- d) A pressão do diálogo, face aos órgãos do poder de Estado dos vários escalões, das organizações populares unitárias que correspondam aos mesmos escalões e que progressivamente serão dotadas de poder de «controle» das actividades dessas órgãos do aparelho de Estado;
- e) A eliminação dos procedimentos demasiado complicados e burocráticos dentro da máquina do Estado, substituído-os por procedimentos expeditos e revolucionários capazes de responderem às pressões das solicitações, atribuídas de plena responsabilidade aos executores.

4.3 Descentralização Administrativa — Tratando-se embora, da matéria do âmbito da futura Constituição Política, a dinâmica das populações na criação de formas associativas próprias, para defesa de interesses comuns, tem vindo a impor, por parte do M. F. A. I., a adopção de medidas que o M. F. A. considera correctas de descentralização regional de diversos serviços de Estado, possibilitando, a nível regional, a elaboração do planeamento mais adequado às circunstâncias locais e a respectiva execução, com a participação progressiva das organizações populares locais, mantendo embora a necessária ligação e coordenação com os órgãos centrais de Estado.

O critério adoptado, essencialmente programático, consiste na constituição, ao nível de uma determinada região, de um Gabinete de Planeamento e de uma Comissão Regional de Emprego, que reuna representantes de vários Ministérios interessados, além de um representante do M. F. A. Em colaboração com o Gabinete de Planeamento funcionam as assembleias dos representantes das diversas comissões administrativas das sub-regiões locais, estas, por sua vez, em diálogo estreito com as já numerosas comissões de moradores, sindicatos e outras organizações unitárias. Esta iniciativa já lançada no Algarve e com bons resultados iniciais, será brevemente lançada nas regiões correspondentes às Regiões Médicas do Norte, Centro e Sul, por forma a permitir um melhor enquadramento e apoio, por parte do M. F. A., das organizações populares unitárias locais e será suficientemente flexível para possibilitar um posterior ajustamento às decisões da Assembleia Constituinte sobre a matéria.

4.4 Ligação do M. F. A. às estruturas populares unitárias de base.

O M. F. A. considera que na fase actual da Revolução é extremamente importante e até talvez decisivo o fortalecimento e dinamização das estruturas populares unitárias de base como factor determinante da unidade popular e da superação das contradições existentes ao nível das estruturas políticas de topo.

Esta nova linha de força da Revolução não pretende pôr em causa a legitimidade dos partidos políticos existentes, mas antes conseguir, através de uma dinâmica das suas bases apoiadas no concreto, que, de baixo para cima, surja um impulso adicional de unidade e de coerência.

A associação, futura desses órgãos unitários poderá vir a constituir contróles de órgãos ou assembleias locais ou representativas dos interesses das populações que, gradualmente, e em diálogo com os órgãos locais de administração pública, os vão dinamizando e identificando com os verdadeiros objectivos locais de interesse popular.

As linhas gerais desta via de orientação política encontram-se, neste momento, em estudo por parte de um grupo de trabalho do M. F. A. nomeado para o efeito, cujas conclusões, formuladas a partir de dados reais existentes serão brevemente divulgadas.

O dilema dos modelos políticos

Luis Nandim de Carvalho

1. O Documento elaborado pelo Conselho da Revolução contendo o plano de acção política contempânea em capítulo autónomo o «Governo e Administração». Todavia a leitura e o conteúdo dos diversos princípios expostos ao longo de todo o plano, nem sempre facilmente conciliáveis, é indispensável.

Com efeito, revelam-se agora com nitidez as diversas linhas políticas existentes no MFA, inicialmente superadas ao programa de 25 de Abril.

Por outro lado anota-se que o documento não é definitivo. Já foi anunciado que o Conselho da Revolução se tem reunido para concretizar certas iniciativas enunciadas no Plano; E o próprio documento que também o afirma a propósito de dois temas:

a) O estado da ligação do MFA às estruturas unitárias de base (§ 4.4).

b) O teste, mais do que a coligação, à equipa económica, a avaliar até final de Julho (§ 3.4).

Com estes dados e no que respeita ao Governo e Administração, o plano tornou-se obsoleto e ultrapassado no próprio dia da sua publicação, isto é, quer para as estruturas do Governo, quer mais globalmente para as de administração, há que aguardar os estudos que o MFA acima enumera, e que certamente se acham já em curso.

2. Parece todavia dever desde já deixar-se à reflexão da opinião pública, duas questões fundamentais, sejam a de futura organização da Administração Económica, e a da Administração Política.

Neste momento, e atendendo ao processo por fases delineado para a Transição, com vista a uma sociedade sem classes, interessa saber se poder económico e político coincidem no mesmo titular, ou não.

Se coincidem, maxime, através de nacionalizações generalizadas, não parece questão de maior a levantar-se a liderança do processo político é assumida pelo MFA que se autodefiniu como movimento de libertação, embora supra partidário, a orientação da Administração económica certamente coincidiria com a própria organização da Administração (ou organização) política das populações, segundo esquemas ditos de democracia directa.

Neste caso e à semelhança do registado em pontos do globo são europeus, teríamos um predomínio das chamadas organizações populares unitárias. Aos diversos níveis de decisão sectorial ou regional teríamos assembleias populares, cuja comissão executiva permanente seria mutuamente o instrumento de participação política das populações no processo de tomadas de decisão, bem como o instrumento de administração económica. Seria em teoria o exemplo da República da China Popular, sem PCC...

Nesta eventualidade, a subalternização dos partidos políticos seria evidente, bem como a supervalorização do MFA por um lado, e das assembleias populares pelo outro. Estrutura política e administrativa poderiam coincidir.

Se o poder político não coincide com o poder económico, já será necessário estabelecer toda uma teorização de relação entre os dois, segundo um esquema socialista de subordinação e controlo do económico pelo político.

Anota-se que na actual fase parecem existir na Economia o sector público com o sector privado (§ 3.3). E de out-ve da análise do plano político, que é de algum modo de falta de clarificação de uma estratégia de desenvolvimento económico, e portanto, a própria configuração do sistema. Só depois se poderá definir a estruturação

democrática da Administração Pública.

Por duas vezes se sublinha que a situação económico-financeira do País é muito grave. Também se afirma sem rodeios a necessidade de solução do problema do desenvolvimento económico, «este extremamente importante que o povo português tem o direito de ver resolvido», como se reconhece na limpada auto-crítica do § 4.2.

3. Afinal, o que está ainda em equação é o modelo económico da sociedade portuguesa. A actual, e a de destino. Ora o modelo económico não se pode opor frontalmente ao modelo político nem vice-versa. As realidades de um terço que ser lidas em conta para a definição do outro.

Ora, o modelo político da sociedade portuguesa é desde já, um modelo de transição para uma sociedade sem classes, socialista, com colectivização dos meios de produção, na opção do Conselho da Revolução.

Este modelo político é pluralista até porque o MFA reconhece citar o povo português representado na sua esmagadora maioria pelos partidos.

Assim, os quatro governos provisórios têm sido, pela política das coligações da confiança do MFA, o modo de participação do povo, através dos partidos que o representam, na soberania, no processo de tomada de decisões. O que não invalida outras organizações dos cidadãos: sindicatos, conselhos municipais e regionais etc...

A prevalecer esta orientação, semelhante dos esquemas de a políticos ocidentais, estariam mais próximos de um respeito pelos resultados eleitorais, do que da movimentação das organizações populares. E assim, a estrutura do Governo e da Administração teria que ser consequente. Isto é, respeitar as opções de modelos de sociedade expressas nas eleições de 25 de Abril de 1975:

Isto não significa qualquer recuo por via socialista, antes a procura de uma via original que a Hungria procurou em Budapeste (1956) e que a Checoslováquia quis ensaiar em Praga (1968). O que não conseguiram pois a independência nacional nestes dois casos claudicou face ao Pacto de Varsóvia.

4. Nesta perspectiva, e sem se clarificar até à data limite de 30 de Julho o resultado positivo ou negativo sobre o teste da equipa económica, parece prematuro avançar com soluções parciais.

Anota-se contudo a reafirmação da política de descentralização administrativa; da necessidade de um aparelho de Estado moderno e

saneado. Reconhece-se ainda a validade de experiências piloto de autonomia regional como é o caso do Algarve, em que aliás tivemos oportunidade de ainda trabalhar em Outubro de 1974 com o Ten. Coronel Costa Braz. Refere-se ainda com um alcance ambíguo o controlo do aparelho de Estado pelas organizações populares. (§ 4.2.d).

5. Em última análise a estrutura do governo e da Administração não é mais de uma linha política que a análise da situação económica poderá condicionar fortemente: Democracia política com pluralismo político e pluralismo partidário, ou Democracia popular com pluralismo político em solução unitária?

Socialismo em liberdade, isto é, com respeito da Declaração Universal dos Direitos do Homem; ou socialismo de cidadania de partido único, isto é, em fase de transição para uma democracia socialista? O Conselho da Revolução respondeu já afirmativamente à primeira questão e negativamente à segunda, implicitamente.

Tempo de meditação, e tempo de espera até 30 de Julho. Tempo para recordar, entre outras afirmações, que o Conselho da Revolução repudiou a implicação do socialismo por forma violenta ou ditatorial; sublinhou a construção da sociedade socialista por via democrática, com pluralismo partidário; reconheceu a ascensão da expressão popular pela via eleitoral.

Faz ainda o Conselho da Revolução um apelo para que todo o povo português participe activamente na sua própria revolução. Aqui estamos. Aqui está também o leitor ao formar a sua opinião, a participar, a poder concordar. Ou discordar.

Em qualquer caso, para poder intervir.

Capítulo 5

5—Dinamização e informação

5.1 Reconhece-se que a construção pretendida de uma sociedade socialista pela via pluralista defendida, não poderá fazer-se sem uma mobilização e consciencialização de todo o povo português, que o leve a determinar-se positivamente na via de transição para o socialismo.

Deverá notar-se que a instauração de um socialismo real implica essencialmente uma evolução de mentalidades, de forma a transferir a maior parte da motivação quase puramente material, característica das sociedades capitalistas, para uma motivação espiritual que leve os indivíduos a passar de uma atitude egoísta e individualista, perante os seus semelhantes, para uma atitude altruísta e colectivista, centrando a sua atenção e preocupação no bem comum.

Essa mobilização e consciencialização só serão possíveis através de uma política de informação adequada que urge iniciar pela transformação profunda das estruturas dos órgãos e serviços de comunicação social.

Isto não significa que a Informação vá apresentar carácter monolítico de propaganda orientada, pois tal se considera não consentâneo com os princípios pluralistas seguidos pela Revolução Portuguesa. Mas é necessário que essa informação seja ao mesmo tempo verdadeira e pedagógica, elucidando e ensinando o povo e não excitando-o e confundindo-o como até agora, por vezes, tem sido praticado.

O M. F. A. crê sinceramente que a liberdade e a opção socialista não são incompatíveis, mas é necessário que o exercício de uma não limite a existência da outra.

5.2 Uma das práticas necessárias à realização dos objectivos apontados consiste na transformação de um "bó" para jornais diários, já habitualmente pertencentes virtualmente ao Estado, em órgãos, obcecios, cujo noticiário e doutrinas naturalmente reflectam as posições do M. F. A. Espera-se que com essa medida, o povo português passe a dispor de órgãos de imprensa diária incontroversos, sem quaisquer obediências ou conotações a políticas partidárias e seguindo uma política geral de verdade e esclarecimento públicos, cuja prática diária os deverá tornar eminentemente respeitáveis.

5.3 Com idêntico objectivo, torna-se igualmente necessário o «contrôle» da Rádio e da Televisão estatal, a fim de se fazer chegar ao conhecimento do público, de uma forma sistemática, a posição e doutrina do M. F. A. sobre a prática política e os acontecimentos da vida nacional.

5.4 A mobilização da opinião pública para objectivos de interesse nacional deverá passar a fazer-se pela utilização racional da publicidade, difundida por órgãos de Informação, o que implicará naturalmente a utilização de empresas de publicidade nacionalizadas.

5.5 Considerando-se o direito de existir em Portugal uma informação livre, reconhece-se que em muitos casos se tem abusado dessa liberdade, dando origem à difusão pela Imprensa, Rádio ou Televisão de notícias propostadamente deformadas, para causar confusão ou alarme na opinião pública.

O mesmo se passa quanto a certas correspondentes estrangeiros, que, abusando da hospitalidade que lhes é concedida, fazem chegar aos órgãos de Informação, de que são agentes, notícias falsas ou deturpadas, prejudicando intencionalmente a imagem de Portugal no Mundo.

Não permitindo a Lei de Imprensa acção decidida e rápida sobre esboçadores, que dela abusam para realizarem, até agora impunemente, acções perfeitamente classificáveis como contra-revolucionárias, o M. F. A. está decidido a proceder directa e eficazmente contra eles, fazendo publicar, se necessário, legislação revolucionária adequada ao efeito.

5.6 As grandes comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo, e cujo sentimento de nacionalidade se mantém perene, têm sido vítimas de sistemáticas campanhas de difamação sobre o que se passa na sua Pátria, com intenção de as alienar do sentimento de libertação nacional e, por vezes de as empregar como arma da reacção junto de amigos ou familiares residentes em Portugal.

O M. F. A. espera que toda a Nação Portuguesa, incluindo aquela que foi obrigada a emigrar por falta de liberdade ou de condições de vida no seu País, sinta orgulho da sua nacionalidade, sendo para tal necessário que seja informada com verdade e oportunidade do processo revolucionário.

Para isso, os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e Comunicação Social porão em prática as medidas e sistemas adequados.

5.7 A mobilização do Povo Português para a via socialista exige, além de uma nova política da Informação uma acção dinamizadora constante que, pela imprensa e pela prática, torne visíveis e operantes as recomendações e programas desenhados dos órgãos centrais.

Para tal, é necessário uma acção intensa e eficaz de dinamização cultural militar adequada, numa acção conjunta com as organizações populares unitárias de base que, melhor que ninguém, poderão reflectir os mais justos anseios e necessidades da população.

Para esta acção, deverão ser postos à disposição os meios humanos e materiais convenientes, não esquecendo que a Revolução de 25 de Abril foi feita para o Povo e será desse Povo que lhe virá a sua força, continuidade e razão de ser.

Operação portas-abertas?

Eduardo Lourenço

DE TODOS os parágrafos, o 5.º consagrado à comunicação, tinha de ser, necessariamente, o mais sobrecarregado de ambiguidade ideológica. Daí a sua formulação sob signo negativo-concessivo: "isso não significa que a Informação deve apresentar carácter monolítico de propaganda orientada, pois tal se considera não consentâneo com os princípios pluralistas seguidos pela revolução portuguesa. Admitamos, contudo, que o espírito desta frase seja melhor que a letra, e traduzamo-la para: "isso significa que a Informação não deve apresentar carácter monolítico, etc". Esta reformulação permite uma leitura do 5.º parágrafo no sentido menos contraditório e menos alarmante possível. É que o pluralismo, por definição, se não define, nem a bem dizer, se decreta. A árvore será julgada pelos frutos. Fora do imperativo de base relativo à construção de uma sociedade socialista, o MFA não tem verdade alguma específica, e esta mesma só é "dele, por ser, sob estação sua, a do povo português". Nisto reside, aliás, a sua função imprescindível e a sua exemplaridade histórica.

Nas linhas de orientação em matéria informativa que nos são propostas, assim como nas ilações práticas que delas se extraem ou a partir delas se sugerem, nota-se uma certa falta de confiança nas capacidades de auto-determinação mental e ideológica do cidadão português e, em particular, daqueles que mais de perto se ligam à informação, ou de um modo genérico, à comunicação. A tentação pedagógica ou pedagógica (de resto bem expressa no texto) é

concebida, em excesso, como específica do MFA o que limita, em acto, a prática pluralista afirmada no domínio dos princípios. A verdade é que uma teorização coerente da prática pluralista adequada a nossa sociedade desoja de caminhar para o socialismo e dando os primeiros passos nesse sentido, nem é fácil de articular, nem existe em parte alguma! Com todas as reticências que se possam formular, com todas as apreensões que a literalidade do

texto possa suscitar, este parágrafo 5.º tem o mérito inegável de constituir uma sêzega capital e histórica para esta teorização. É preciso não esquecer o contexto ideológico-político mundial e fazer justiça ao que nesse texto implicitamente se repudia, ou não se interina, como fatalidade inerente à prática socialista, hipotecada no mundo inteiro pela sombra trágica do monolitismo. Nessa medida, a responsabilização plena, por parte do MFA dos órgãos ou instrumentos de comunicação, dependentes financeiramente do Estado (quer dizer, do povo português...) é, equívoco solução de emergência, menos alarmante do que a primeira vista poderá parecer. Com a condição, naturalmente, de vir a ser repensada quando os antagonismos crispantes da sociedade portuguesa se situarem dentro de um quadro de legalidade plena e, sobretudo, para já, com a condição de não resultar na prática um reforço ou a causa "velada" da coificação monolítico-mondista "actualmente em curso". Mas não há motivos e seria ofensivo, para suscipitar "a priori" as boas e más perspectivas do anti-

-monolitismo desenhadas pelo parágrafo 5.º. De resto, a solução dos casos pendentes, de repressão nacional e internacional, sem falar nos outros latentes, fornecerá em breve o critério inevitável para julgar se, sim ou não, os frutos apotecados da expressão revolucionária e livre, cumprirão a promessa das flores anti-monolíticas...

Pouco tranquilizadora, no texto, é apenas a tentação do MFA de se preservar em absoluto dos juízos ocasionais críticos da sua acção, considerando-se e considerando-a, de algum modo "intocável" ou "intangível". Isto parece-nos repressor, salvo o devido respeito, um temor vão, uma falta de confiança muito generalizada na ética profissional e na auto-vigilância dos agentes de comunicação, tanto nacionais como estrangeiros. Paradoxalmente, e por acréscimo, esta desconfiança traduz uma sobre-estimação e um complexo (muito lúcido em uma e outro) em relação à nossa famosa imagem "do exterior". Para isso, a injeção à Informação estrangeira "mal comportada" é inábil e contra-productiva. Tais atitudes só podem incitar esse mesmo jornalismo, incriminado tão genericamente, a propagar lá fora essa tal "imagem negativa" que devia, aliás, preocupar-nos muito menos do que a hipótese de a merecermos, se por caso disso. O MFA não pode envolver a cômica pretensão dos antigos príncipes da "mossa" informação de "tocar-nos" a imprensa estrangeira, nem imaginar que a assustar a denúncia indiscriminada do seu

vizeral burguesismo ou hipotético reaccionarismo. Mesmo quando existem (o que é o caso de alguma imprensa estrangeira, embora não se mova nesse espaço onírico da objectividade imaginária que irroicamente se lhe atribui para melhor a demolir, rejeita de uma prática jornalística séria, de tradições de análise, de crítica e auto-crítica, em suma, de responsabilidade e responsabilização que não seria mau, em muitos casos, que nos servissem, senão de modo, ao menos de termo competitivo. O MFA é hoje a incarnação simbólica do nosso destino e por isso se encontra revestido de uma dignidade e de uma tranquila confiança em si mesmo e no projecto que propõe ao país, perfeitamente incompatíveis com esse despoje oficializado com os órgãos de comunicação estrangeiros. Temos de suportar o peso do olhar dos outros para não sufocar nas águas geladas do nacionalismo falsamente nacionalista e hiper-revolucionário. Se o MFA não se instalar (ou se não o obrigamos a instalar-se...) no papel de Atlas da Revolução, se compartilhar e diluir a sua responsabilidade revolucionária em todos os campos, com todos os portugueses interessados no projecto agora redefinido, a desconfiança e a crispção que neste momento ainda estruturam toda a ideologia informática, acabará por desaparecer. Esperemos que seja a uma "operação portas-abertas" que o MFA proceda ao propomos esta conciliação possível e necessária entre pluralismo informativo e projecto socialista. Se De facto poderá estar certo que será inevitável. E a Revolução, é não todos, com ele.